



DIVULGAÇÃO DE
RESULTADOS

2T24

taesa 

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2024

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do segundo trimestre de 2024.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) se encerram em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da ETAU, do grupo AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da Taesa, para efeitos de cumprimento da legislação e do estatuto social da Taesa, é feita com base no Resultado IFRS auditado pelos auditores e aprovado em Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

Reapresentação das Demonstrações Financeiras da Taesa a partir de 1º de janeiro de 2023:

As informações financeiras comparativas estão sendo reapresentadas em virtude do ajuste da RAP de determinados projetos pela revisão tarifária periódica (Resolução Homologatória 3.343/2024), de acordo com as orientações do “CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”.

As tabelas deste relatório refletem os ajustes apresentados abaixo. Ajustes anteriores a 1º de janeiro de 2023 foram lançados diretamente no Patrimônio Líquido com os seguintes impactos: -R\$ 80.324.068,51 no Patrimônio Líquido do Regulatório e -R\$ 155.936.313,07 no Patrimônio Líquido do IFRS.

Para mais detalhes sobre a reapresentação dos resultados passados, acesse a nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2024.

Resultados do 2º trimestre de 2024

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS TRIMESTRAIS

IFRS 2024

IFRS (em R\$ MM)	2T24			1T24		
	Pré-ajustes	Ajustes	Apresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Remuneração do ativo contratual de concessão	287,5	(2,2)	285,4	288,3	(2,3)	286,0
Correção monetária do ativo contratual de concessão	101,4	(0,9)	100,4	134,5	0,4	134,9
Operação e manutenção	267,7	(0,3)	267,4	267,7	(0,3)	267,4
Construção e indenização	341,4	-	341,4	119,1	-	119,1
Parcela variável	(6,8)	-	(6,8)	(19,9)	-	(19,9)
Outras receitas operacionais	5,6	-	5,6	14,1	-	14,1
Receita operacional bruta	996,8	(3,4)	993,4	803,8	(2,2)	801,6
Deduções da receita bruta	(82,8)	0,5	(82,3)	(72,5)	0,4	(72,1)
Receita operacional líquida	914,1	(3,0)	911,1	731,3	(1,8)	729,5
Custos e Despesas	(391,2)	-	(391,2)	(173,2)	-	(173,2)
EBITDA	522,9	(3,0)	520,0	558,2	(1,8)	556,3
Depreciação de amortização	(5,3)	-	(5,3)	(4,6)	-	(4,6)
EBIT	517,6	(3,0)	514,7	553,5	(1,8)	551,7
Resultado de equivalência patrimonial	131,9	-	131,9	157,2	-	157,2
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(204,9)	1,9	(202,9)	(303,9)	1,9	(302,0)
Resultado antes dos impostos e contribuições	444,6	(1,0)	443,6	406,9	0,1	407,0
Imposto de renda e contribuição social	(41,298)	0,8	(40,5)	(32,8)	0,6	(32,3)
Lucro líquido do exercício	403,3	(0,2)	403,1	374,0	0,7	374,7

IFRS 2023

IFRS (em R\$ MM)	2T23			1T23		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Remuneração do ativo contratual de concessão	288,7	(2,8)	285,9	267,5	(3,0)	264,5
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(28,8)	7,3	(21,6)	136,4	(0,3)	136,1
Operação e manutenção	275,7	(0,3)	275,4	267,2	(0,3)	266,9
Construção e indenização	185,0	-	185,0	75,1	-	75,1
Parcela variável	12,4	-	12,4	5,0	-	5,0
Outras receitas operacionais	9,4	-	9,4	7,5	-	7,5
Receita operacional bruta	742,4	4,1	746,5	758,7	(3,6)	755,1
Deduções da receita bruta	(63,8)	(0,2)	(64,0)	(65,8)	0,5	(65,3)
Receita operacional líquida	678,6	3,9	682,5	692,9	(3,1)	689,8
Custos e Despesas	(285,4)	-	(285,4)	(145,5)	-	(145,5)
EBITDA	393,2	3,9	397,1	547,4	(3,1)	544,3
Depreciação de amortização	(3,8)	-	(3,8)	(5,2)	-	(5,2)
EBIT	389,4	3,9	393,3	542,2	(3,1)	539,1
Resultado de equivalência patrimonial	81,5	-	81,5	187,4	-	187,4
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(243,3)	(2,9)	(246,2)	(281,7)	(2,9)	(284,6)
Resultado antes dos impostos e contribuições	227,6	1,0	228,5	447,9	(6,0)	441,9
Imposto de renda e contribuição social	(7,1)	0,2	(6,9)	(61,1)	2,7	(58,5)
Lucro líquido do exercício	220,4	1,2	221,6	386,8	(3,4)	383,4

Resultados do 2º trimestre de 2024

REGULATÓRIO 2024

REGULATÓRIO (em R\$ MM)	2T24			1T24		
	Pré-ajustes	Ajustes	Apresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Disponibilização do sistema de transmissão	660,1	(9,0)	651,0	668,6	(9,0)	659,5
Parcela variável	(6,8)	-	(6,8)	(19,9)	-	(19,9)
Outras receitas operacionais	0,3	-	0,3	0,3	-	0,3
Receita operacional bruta	653,6	(9,0)	644,6	649,0	(9,0)	639,9
Deduções da receita bruta	(65,8)	0,9	(64,9)	(65,0)	0,9	(64,1)
Receita operacional líquida	587,8	(8,1)	579,7	584,0	(8,1)	575,9
Custos e Despesas	(94,5)	-	(94,5)	(99,0)	-	(99,0)
EBITDA	493,3	(8,1)	485,2	485,0	(8,1)	476,9
Depreciação e amortização	(87,3)	-	(87,3)	(88,3)	-	(88,3)
EBIT	406,0	(8,1)	397,9	396,7	(8,1)	388,5
Resultado de equivalência patrimonial	97,6	-	97,6	108,6	-	108,6
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(204,8)	1,9	(202,9)	(303,9)	1,9	(301,9)
Resultado antes dos impostos e contribuições	298,8	(6,2)	292,6	201,4	(6,2)	195,2
Imposto de renda e contribuição social	(1,1)	2,5	1,4	(8,2)	2,5	(5,7)
Lucro líquido do exercício	297,7	(3,7)	294,0	193,2	(3,7)	189,5

REGULATÓRIO 2023

REGULATÓRIO (em R\$ MM)	2T23			1T23		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Disponibilização do sistema de transmissão	683,6	(9,6)	674,0	653,1	(9,6)	643,6
Parcela variável	12,4	-	12,4	5,0	-	5,0
Outras receitas operacionais	0,3	-	0,3	0,3	-	0,3
Receita operacional bruta	696,3	(9,6)	686,7	658,4	(9,6)	648,9
Deduções da receita bruta	(63,2)	1,0	(62,3)	(60,3)	1,0	(59,3)
Receita operacional líquida	633,1	(8,6)	624,5	598,1	(8,6)	589,5
Custos e Despesas	(98,1)	-	(98,1)	(76,3)	-	(76,3)
EBITDA	534,9	(8,6)	526,3	521,9	(8,6)	513,3
Depreciação e amortização	(93,2)	-	(93,2)	(73,6)	-	(73,6)
EBIT	441,7	(8,6)	433,1	448,3	(8,6)	439,7
Resultado de equivalência patrimonial	103,4	-	103,4	91,7	-	91,7
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(243,2)	(2,9)	(246,1)	(281,6)	(2,9)	(284,5)
Resultado antes dos impostos e contribuições	301,9	(11,5)	290,4	258,4	(11,5)	246,9
Imposto de renda e contribuição social	(55,5)	4,3	(51,2)	(43,0)	4,3	(38,7)
Lucro líquido do exercício	246,4	(7,2)	239,2	215,4	(7,2)	208,2

Resultados do 2º trimestre de 2024

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ACUMULADOS

IFRS (em R\$ MM)	6M24			6M23		
	Pré-ajustes	Ajustes	Apresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Remuneração do ativo contratual de concessão	575,9	(4,5)	571,4	556,2	(5,8)	550,4
Correção monetária do ativo contratual de concessão	235,8	(0,5)	235,3	107,6	7,0	114,5
Operação e manutenção	535,5	(0,7)	534,8	542,9	(0,7)	542,2
Construção e indenização	460,5	-	460,5	260,1	-	260,1
Parcela variável	(26,7)	-	(26,7)	17,5	-	17,5
Outras receitas operacionais	19,6	-	19,6	16,9	-	16,9
Receita operacional bruta	1.800,6	(5,6)	1.795,0	1.501,1	0,5	1.501,6
Deduções da receita bruta	(155,2)	0,8	(154,4)	(129,5)	0,3	(129,3)
Receita operacional líquida	1.645,4	(4,8)	1.640,6	1.371,5	0,8	1.372,3
Custos e Despesas	(564,3)	-	(564,3)	(430,9)	-	(430,9)
EBITDA	1.081,1	(4,8)	1.076,3	940,6	0,8	941,4
Depreciação de amortização	(9,9)	-	(9,9)	(9,0)	-	(9,0)
EBIT	1.071,2	(4,8)	1.066,4	931,6	0,8	932,4
Resultado de equivalência patrimonial	289,1	-	289,1	268,9	-	268,9
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(508,8)	3,9	(504,9)	(525,0)	(5,8)	(530,8)
Resultado antes dos impostos e contribuições	851,5	(0,9)	850,6	675,5	(5,0)	670,4
Imposto de renda e contribuição social	(74,1)	1,4	(72,7)	(68,3)	2,9	(65,4)
Lucro líquido do exercício	777,3	0,5	777,8	607,2	(2,1)	605,0

REGULATÓRIO (em R\$ MM)	6M24			6M23		
	Pré-ajustes	Ajustes	Apresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Disponibilização do sistema de transmissão	1.328,6	(18,1)	1.310,6	1.336,7	(19,1)	1.317,5
Parcela variável	(26,7)	-	(26,7)	17,5	-	17,5
Outras receitas operacionais	0,6	-	0,6	0,6	-	0,6
Receita operacional bruta	1.302,5	(18,1)	1.284,5	1.354,7	(19,1)	1.335,6
Deduções da receita bruta	(130,8)	1,8	(128,9)	(123,5)	1,9	(121,6)
Receita operacional líquida	1.171,8	(16,2)	1.155,5	1.231,2	(17,2)	1.214,0
Custos e Despesas	(193,5)	-	(193,5)	(174,4)	-	(174,4)
EBITDA	978,3	(16,2)	962,0	1.056,8	(17,2)	1.039,6
Depreciação e amortização	(175,6)	-	(175,6)	(166,8)	-	(166,8)
EBIT	802,6	(16,2)	786,4	890,0	(17,2)	872,8
Resultado de equivalência patrimonial	206,2	-	206,2	195,1	-	195,1
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(508,7)	3,9	(504,8)	(524,8)	(5,8)	(530,6)
Resultado antes dos impostos e contribuições	500,2	(12,3)	487,9	560,3	(23,0)	537,3
Imposto de renda e contribuição social	(9,3)	5,0	(4,3)	(98,5)	8,6	(89,9)
Lucro líquido do exercício	490,9	(7,3)	483,5	461,8	(14,4)	447,4



Videoconferência de Resultados

Webcast em Português e Inglês: [Clique aqui](#)

13 de agosto de 2024
terça-feira
Brasília 9h00
Nova York 8h00

Rinaldo Pecchio Junior Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de RI

Cristiano Prado Grangeiro Gerente Executivo de RI

Contato RI investor.relations@taesa.com.br

Telefone +55 21 2212 6000



ÍNDICE

1.	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	8
2.	RESUMO DO RESULTADO	11
3.	VISÃO GERAL.....	13
3.1.	Estrutura Societária	13
3.2.	Estrutura Societária TBE	17
3.3.	Estrutura Societária AIE	17
4.	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	18
4.1.	Desempenho Operacional	18
4.2.	Ciclo da RAP 2024-2025	19
4.3.	Queda de 50% da RAP	20
4.4.	Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)	22
4.5.	Receita Líquida IFRS.....	25
4.6.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS	27
4.7.	EBITDA e Margem EBITDA IFRS.....	28
4.8.	Receita Líquida Regulatória.....	29
4.9.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios	30
4.10.	EBITDA e Margem EBITDA Regulatório.....	31
4.11.	Composição do EBITDA Regulatório	32
4.12.	Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS.....	33
4.13.	Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória.....	33
4.14.	Resultado Financeiro Líquido	34
4.15.	Impostos.....	35
4.16.	Lucro Líquido.....	38
4.17.	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.....	40
4.18.	Endividamento.....	41
4.19.	Investimentos em Empreendimentos de Grande Porte.....	43
4.20.	Projetos em Construção	44
4.21.	Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)	48
5.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	50
5.1.	Receita IFRS por Concessão	50
5.2.	Movimentação do Ativo Contratual (IFRS).....	51
5.3.	DRE 2T24.....	52
5.4.	DRE 6M24.....	53
5.5.	DRE IFRS 2T24 (Subsidiárias)	54
5.6.	DRE IFRS 6M24 (Subsidiárias)	55
5.7.	DRE Regulatório 2T24 (Subsidiárias)	56
5.8.	DRE Regulatório 6M24 (Subsidiárias)	57
5.9.	Reconciliação do EBITDA.....	58
5.10.	Conciliação DRE IFRS x Regulatório.....	59
5.11.	Balanco Patrimonial.....	60
5.12.	Fluxo de Caixa IFRS.....	61
5.13.	Fluxo de Caixa Regulatório.....	62



1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

CRESCIMENTO ANUAL EXPRESSIVO DO LUCRO LÍQUIDO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO NO TRIMESTRE E ACUMULADO DE SEIS MESES

O segundo trimestre de 2024 apresentou um resultado dentro do esperado, registrando um crescimento no lucro líquido tanto na contabilidade regulatória quanto na societária (IFRS).

O lucro líquido regulatório atingiu a marca de R\$ 294,0 MM no segundo trimestre, registrando um aumento de 22,9% na comparação anual, motivado por uma melhora nos custos operacionais, resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social. Vale destacar a eficiência tributária gerada pela distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) e incorporações das empresas ATE III, Sant'Ana, Saíra e Miracema, demonstrando o compromisso da Taesa na otimização da sua estrutura societária e geração de valor aos acionistas.

Em termos de resultado IFRS, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 403,1 MM no trimestre, um aumento de 81,9% na comparação com o ano anterior, explicada principalmente pela recuperação do IGP-M entre os períodos comparados, com reflexo direto na receita de correção monetária do ativo contratual, impactando também as empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas. Naturalmente os mesmos motivos que afetaram positivamente o resultado regulatório, também afetaram o IFRS.

A Companhia manteve um alto índice de disponibilidade das linhas de transmissão em 99,4%, com uma Parcela Variável no valor total de R\$ 26,7 MM no 1º semestre de 2024, que foi afetada pelo desligamento intempestivo em Janaúba em janeiro deste ano. Expurgando este evento pontual da PV, o resultado de Parcela Variável seria de R\$ 13,3 MM, o equivalente a 1,01% da RAP do período.

A Taesa segue dedicada à execução e entrega dos seus novos empreendimentos em construção Ananaí, Pitiguari, Saíra (2ª fase) e Tangará, além dos novos reforços da Novatrans, TSN, São Pedro, ATE e ATE III, que juntos adicionarão R\$ 445 milhões de RAP quando entrarem em operação comercial, já com expectativa de conclusão de alguns empreendimentos nos próximos 12 meses. Neste trimestre inclusive, a Companhia obteve licenças de instalação para Tangará e Ananaí, permitindo o começo das obras em seus respectivos trechos. O volume de CAPEX realizado até o momento foi afetado pelo atraso do licenciamento ambiental de Ananaí junto aos órgãos competentes, entretanto, as ações de mitigação do atraso têm nos permitido trabalhar sem impactos significativos no plano de negócios do empreendimento.

A Taesa encerrou o segundo trimestre do ano com uma posição de caixa de R\$ 1,5 bilhão e dívida líquida de R\$ 11,1 bilhões – considerando a participação da Companhia nas empresas controladas em conjunto e coligadas –, registrando um índice de 4,0x na relação dívida líquida sobre EBITDA ajustado. Reforçamos que esse nível é compatível a uma empresa de transmissão em crescimento e a nossa robusta e consistente geração de caixa é um diferencial importante para manter uma situação financeira saudável e uma estratégia de longo prazo focada no crescimento.

Em 16 de julho, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.348/2024 que estabeleceu a RAP das concessões de transmissão para o ciclo 2024-2025, valendo, portanto, a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025. As concessões indexadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de -0,34% e as concessões indexadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de +3,93%. Adicionalmente, a Revisão Tarifária Periódica do ciclo 2024-2025

redefiniu o nível tarifário de reforços da Companhia com impacto negativo de aproximadamente R\$ 40 MM na RAP e estabeleceu uma Parcela de Ajuste (PA), de cerca de R\$ 35 MM ao ano, a ser compensada em 5 parcelas anuais até junho de 2029, referente à diferença entre a RAP provisória (definida em 2019) e a RAP definitiva destes reforços. A Companhia então reconheceu essas parcelas de ajuste retrospectivamente, reapresentando as demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2023 e refletindo os impactos como uma antecipação de receita nos seus respectivos períodos.

É importante destacar que a Taesa manteve o volume de RAP operacional em linha entre os ciclos 2023-2024 e 2024-2025 em função do reajuste inflacionário do IPCA de +3,93% e da entrada em operação das fases finais de Ivaí e Sant'Ana, que foram compensadas em parte pela deflação do IGP-M e o impacto da revisão tarifária. É importante destacar que a Companhia adicionará R\$ 445 MM de RAP nos próximos anos uma vez que os novos ativos sejam energizados.

Por fim, o Conselho de Administração aprovou hoje a distribuição de proventos no montante de R\$ 223,3 MM (R\$ 0,65 / Unit), sendo R\$ 118,2 MM a título de juros sobre capital próprio (JPC) e R\$ 105,1 MM a título de dividendos intercalares. O pagamento ocorrerá no dia 27 de novembro de 2024, a partir da data base de 15 de agosto de 2024.

A Taesa se mantém dedicada e empenhada para entregar resultados com cuidado às pessoas, integridade, excelência, responsabilidade e transparência, sempre alinhada à sua missão de conectar o Brasil com energia segura e confiável e buscando ser a transmissora de energia elétrica de maior Valor para a sociedade.



MISSÃO

Conectamos o Brasil com energia segura e confiável.



VISÃO

Ser a transmissora de energia elétrica de maior Valor para a sociedade.



VALORES

Cuidamos genuinamente das **peessoas**.

Agimos com **integridade** construindo relações de **confiança**.

Buscamos a **excelência** em tudo o que fazemos.

A TAESA somos nós!

2. RESUMO DO RESULTADO

Consolidado						
R\$ MM	2T24	2T23*	Var.%	6M24*	6M23*	Var.%
Receita Líquida Reg.	579,7	624,5	-7,2%	1.155,5	1.214,0	-4,8%
EBITDA Reg.	485,2	526,3	-7,8%	962,0	1.039,6	-7,5%
Margem EBITDA Reg.	83,7%	84,3%	-0,6 pp	83,3%	85,6%	-2,4 pp
Lucro Líquido Reg.	294,0	239,2	22,9%	483,5	447,4	8,1%
Receita Líquida IFRS	911,1	682,5	33,5%	1.640,6	1.372,3	19,6%
Lucro Líquido IFRS	403,1	221,6	81,9%	777,8	605,0	28,6%
Dívida Líquida	9.124,6	8.207,3	11,2%	9.124,6	8.207,3	11,2%

Consolidado e Participações						
R\$ MM	2T24	2T23*	Var.%	6M24*	6M23*	Var.%
Receita Líquida Reg.	808,3	850,3	-4,9%	1.614,5	1.669,1	-3,3%
EBITDA Reg.	694,6	732,7	-5,2%	1.384,6	1.458,3	-5,1%
Margem EBITDA Reg.	85,9%	86,2%	-0,2 pp	85,8%	87,4%	-1,6 pp
Lucro Líquido Reg.	294,0	239,2	22,9%	483,5	447,4	8,1%
Receita Líquida IFRS	1.144,4	843,1	35,7%	2.120,1	1.982,7	6,9%
Lucro Líquido IFRS	403,1	221,6	81,9%	777,8	605,0	28,6%
Dívida Líquida	11.106,1	10.236,0	8,5%	11.106,1	10.236,0	8,5%
Dívida Líquida/EBITDA	4,0	3,7	0,3 pp	4,0	3,7	0,3 pp

* Demonstrações de resultados reapresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2024. Vide página 2 deste Release de Resultados para maiores detalhes.

RESULTADO REGULATÓRIO

- A receita líquida totalizou R\$ 579,7 MM no 2T24, registrando uma queda anual de 7,2%, explicado principalmente pelo reajuste negativo do IGP-M no ciclo RAP 2023-2024 para as concessões de categoria 2, queda de 50% da RAP da ATE III e maior Parcela Variável. Estes efeitos foram compensados em parte pela entrada em operação de fases finais de Sant'Ana e pelo reajuste inflacionário em IPCA no mesmo ciclo para as concessões de categoria 3.
- A Parcela Variável (PV) registrou um aumento de R\$ 19,2 MM na comparação entre os períodos principalmente em função da reversão de PV de R\$ 15,1 MM na ATE no 2T23 decorrente de evento climático severo cuja cobrança foi suspensa por liminar.
- O EBITDA totalizou R\$ 485,2 MM no trimestre, apresentando uma queda de 7,8% contra o 2T23 e a margem EBITDA ficou em 83,7% no trimestre (-0,6 pp vs. 2T23), em função principalmente do reajuste negativo do IGP-M e do impacto de reversão de Parcela Variável, mencionados acima. Estes efeitos foram compensados parcialmente pela melhora nos custos operacionais, entrada em operação total de Sant'Ana, e o reajuste inflacionário do IPCA.
- Desconsiderando os efeitos não-recorrentes dos trimestres comparados e os eventos de PV mencionados acima, o EBITDA do 2T24 ficaria em R\$ 486,6 MM, 5,1% menor que o EBITDA ajustado do 2T23 (R\$ 512,5 MM) e a margem EBITDA seria de 83,9%, igual a margem EBITDA ajustada do mesmo período de 2023.
- Redução anual de 5,6% na equivalência patrimonial, explicado principalmente pelo reajuste negativo do IGP-M no ciclo da RAP 2023-2024.
- Redução de 17,6% nas despesas financeiras líquidas entre o 2T24 e 2T23, resultado basicamente do menor IPCA e CDI observados entre os períodos comparados, efeito acentuado pela conciliação da



utilização entre o IPCA estimado e o realizado para contabilização mensal da variação monetária, compensado em parte pelo aumento do volume médio da dívida.

- Distribuição de Juros sobre Capital Próprio e incorporações de quatro empresas geraram eficiência tributária com impacto positivo no Imposto de Renda e Contribuição Social do trimestre.
- Como resultado dos efeitos explicados acima, o lucro líquido somou R\$ 294,0 MM no 2T24, registrando um aumento anual de 22,9%.
- Em 30 de junho de 2024, a dívida bruta da Companhia totalizou R\$ 10,2 bilhões, um aumento de 3,3% contra o trimestre imediatamente anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1,1 bilhão (em linha com o 1T24), resultando em uma dívida líquida de R\$ 9,1 bilhões (aumento de 3,6% no trimestre).
- A relação da dívida líquida / EBITDA da Taesa, consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, ficou em 4,0x (versus 3,8x no 1T24).
- No aspecto operacional, o índice de disponibilidade foi de 99,38% e a Parcela Variável (PV) contábil ficou R\$ 26,7 MM (2,04% da RAP), ambos no 6M24.
- Na data de hoje, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de proventos, com base no resultado levantado em 30 de junho de 2024, no montante de R\$ 223,3 MM (R\$ 0,65 / Unit), sendo R\$ 118,2 MM a título de juros sobre capital próprio (JCP) e R\$ 105,1 MM em dividendos intercalares. O pagamento ocorrerá no dia 27 de novembro de 2024, a partir da data base de 15 de agosto de 2024.

RESULTADO IFRS

- Lucro líquido somou R\$ 403,1 MM no 2T24, um aumento de 81,9%, quando comparado ao 2T23.
- O desempenho do resultado IFRS na comparação entre 2T24 e 2T23 é explicado por:
 - (i) Recuperação do IGP-M entre os períodos comparados (IGP-M: +0,73% 2T24 versus -2,72% 2T23), com reflexo direto na receita de correção monetária do ativo contratual, e impacto naturalmente nas empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas.
 - (ii) Aumento anual na margem de implementação de infraestrutura em função dos maiores investimentos principalmente em Tangará, Pitiguari, Saíra (2ª fase) e nos reforços da Novatrans e TSN, parcialmente compensado pelo atraso da licença ambiental de Ananaí.
 - (iii) Melhora nos custos (PMSO) motivado por menores gastos com serviços de terceiros, e custos de pessoal abaixo da inflação.
 - (iv) Aumento de R\$ 50,4 MM na linha de equivalência patrimonial principalmente pelo aumento de correção monetária na TBE devido a variação do IGP-M mencionada acima.
 - (v) Melhora de R\$ 43,3 MM nas despesas financeiras líquidas, resultado basicamente do menor IPCA e CDI observados entre os períodos comparados, efeito acentuado pela conciliação da utilização entre o IPCA estimado e o realizado para contabilização mensal da variação monetária, apesar do maior volume médio da dívida no período.
 - (vi) Estes efeitos foram compensados por um aumento de R\$ 19,2 MM na Parcela Variável, motivado pelas mesmas explicações mencionadas acima no resultado regulatório.



3. VISÃO GERAL

3.1. Estrutura Societária

As 43 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 14 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE, ATE II, ATE III, Sant'Ana, Saira e Miracema), (ii) 10 investidas integrais (Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Janaúba, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, e Tangará); e (iii) 19 participações (ETAU, AIE e TBE). Em 29 de dezembro de 2023, foi celebrado a incorporação das controladas ATE III, Sant'Ana e Saira, enquanto a incorporação de Miracema foi celebrada em 30 de abril de 2024.

Atualmente, a Companhia possui 4 empreendimentos de grande porte em construção (Ananaí, Pitiguari, Tangará e Saira) e 7 reforços de maior porte em 5 concessões (Novatrans, TSN, São Pedro, ATE e ATE III).

Histórico de entregas recentes de empreendimentos:

Em junho de 2024, o empreendimento da concessão de Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Tangará") obteve as Licenças de Instalação para (i) as subestações SE Açailândia e SE Dom Eliseu II e (ii) o trecho da LT 230 kV Encruzo Novo – Santa Luzia III. A obtenção da LI é um importante marco para o projeto uma vez que permite o início das obras em todo o empreendimento. Tangará é um empreendimento referente ao lote 3 do leilão de transmissão nº 02/2022, realizado em dezembro de 2022, 100% controlada pela Taesa. Tangará apresenta uma RAP total de R\$ 109,3 milhões para o ciclo 2024-2025 e um Capex ANEEL de R\$ 1.117 milhões. O empreendimento está localizado nos estados de Maranhão e Pará, com extensão aproximadamente de 279 km de linhas de transmissão, sendo 72 km de circuito duplo. O prazo estipulado pela ANEEL para energização de Tangará é março de 2028. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 31 de março de 2023, quando o contrato de concessão foi assinado.

Em junho de 2024, o empreendimento da concessão Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Ananaí") obteve a Licença de Instalação para o trecho LT 525 kV Bateias – Curitiba Leste, com extensão aproximada de 79 km em circuito duplo, incluindo as obras de ampliação das subestações SE Bateias e SE Curitiba Leste a serem interligadas. Ananaí é um empreendimento referente ao lote 1 do leilão de transmissão nº 02/2021, realizado em dezembro de 2021, 100% controlada pela Taesa. Ananaí apresenta uma RAP total de R\$ 172,8 MM para o ciclo 2024-2025 e um Capex ANEEL de R\$ 1.750 MM. O empreendimento está localizado nos estados de São Paulo e Paraná, com extensão aproximadamente de 363 km de linhas de transmissão. O prazo estipulado pela ANEEL para energização de Ananaí é março de 2027. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 31 de março de 2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

Em março de 2024, a ANEEL autorizou, através da REA nº 15.196/2024, a ATE III a implantar reforços na SE Itacaiúnas: instalação do segundo banco de reatores de barra monofásicos de 3 x 45,3 Mvar. O Capex ANEEL estimado para a realização deste reforço é R\$ 41,8 MM, com RAP de R\$ 6,3 MM após a sua energização e com prazo regulatório até março de 2026.

Em março de 2024, a ANEEL também autorizou, através do Despacho nº 677, a São Pedro implantar reforços na instalação do terceiro AT 230/138 kV da SE Rio Grande II. O Capex ANEEL estimado para a realização deste reforço é de R\$ 34,6 MM, com RAP de R\$ 5,3 MM após a sua energização e com prazo regulatório até setembro de 2026 para sua conclusão. Em janeiro de 2024, a ANEEL autorizou, através da REA nº 15.027/2024, a São Pedro a implantar os reforços no seccionamento da LT 230kV Rio Grande II-Barreiras II C1 e C2 na SE Barreiras. O Capex ANEEL estimado para a realização destes reforços é de R\$ 40,9 MM, com RAP de R\$ 6,5 MM após sua energização e com um prazo regulatório até novembro de 2025 para conclusão.

O empreendimento de Ivaí obteve o Termo de Liberação Definitivo ("TLD") pela ONS para as seguintes instalações: (i) em março de 2024, LT 525 kV Sarandi-Londrina C2 (ii) em agosto de 2023, o Módulo Geral 525 kV SE Sarandi, Reatores 525 kV SE Sarandi, e os Bancos de Transformadores 525/230 kV SE Sarandi; (ii) em maio de 2023, a LT 525 kV Foz do Iguaçu-Guaíra (circuito duplo), os Módulos Gerais 525 kV da SE



Foz do Iguaçu e SE Guaíra, Reatores 525 kV, e os Bancos de Transformadores 525/230 kV da SE Guaíra; (iii) em abril de 2023, o Banco de Capacitores 138kV – 30 Mvar da SE Paranavaí Norte, o Módulo Geral 230 kV da SE Paranavaí Norte com interligações, os Bancos de Transformadores 230/138 kV da SE Paranavaí Norte, as entradas de linha 138 kV Paranavaí e a LT 230 kV Sarandi-Paranavaí Norte (circuito duplo); (iv) em janeiro de 2023, os Reatores 525 kV Guaíra – Sarandi, (v) em dezembro de 2022, a LT 525 kV Guaíra – Sarandi (circuito duplo); e (vi) em novembro de 2022, a LT 525 kV Sarandi-Londrina C1 e o Módulo Geral 525 kV Londrina. Com essas entregas, Ivaí passou a receber aproximadamente 100% da RAP total do projeto. Ivaí é um empreendimento referente ao lote 1, do leilão de transmissão nº 005/2016, realizado em abril de 2017, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 417,2 MM para o ciclo 2024-2025, e está localizada no Paraná, com extensão de 593 km de linha em circuito duplo, com tensões de 230kV e 525kV, interligando a 5 subestações.

Em fevereiro de 2024, o empreendimento da concessão de Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Pitiguari”) obteve a Licença de Instalação para os trechos LT Abdon Batista – Videira (C1/C2) e LT Abdon Batista – Barra Grande (C3), incluindo as obras de ampliação das subestações SE Barra Grande, SE Abdon Batista e SE Videira. A obtenção da LI é um importante marco para o projeto uma vez que permite o início das obras em todo o empreendimento. Em setembro de 2023, Pitiguari obteve a Licença Prévia para os trechos mencionados acima. Pitiguari é um empreendimento do lote 10 do Leilão de Transmissão ANEEL 01/2022, realizado em junho de 2022, 100% controlado pela Taesa. Pitiguari apresenta uma RAP total de R\$ 22,2 milhões para o ciclo 2024-2025 e um Capex ANEEL de R\$ 243,2 MM. O empreendimento está localizado no Estado de Santa Catarina, com extensão aproximada de 92,7 km de linhas de transmissão, sendo 66,7 km de circuito duplo. O prazo estipulado pela ANEEL para energização de Pitiguari é março de 2027. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 30 de setembro de 2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

Entre dezembro de 2023 e fevereiro de 2024, o empreendimento da concessão de Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Tangará”) obteve quatro Licenças Prévias para as seguintes funções: (i) o seccionamento da LT Açailândia – Miranda II; (ii) a Subestação Santa Luzia III; (iii) a LT 230kV Açailândia-Dom Eliseu II; e (iv) a LT 230kV Encruzo Novo - Santa Luzia III. Além disso, obteve a Licença de Instalação para subestação SE Santa Luzia II, que permite o início das obras na referida subestação e uma Licença Ambiental Unificada (“LAU”) para a SE Encruzo Novo, que é um importante marco para o projeto uma vez que permite o início das obras no trecho correspondente.

Em dezembro de 2023, o empreendimento da concessão de Sant’Ana entrou em operação comercial total e atualmente recebe 93% de sua RAP. Existem pendências técnicas que estão sendo conciliadas junto a ANEEL e uma vez sanadas Sant’Ana passará a receber 100% da sua RAP. Em agosto de 2023, o empreendimento de Sant’Ana obteve junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) a emissão dos Termos de Liberação (“TLs”) para o Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C2. Em 30 de maio de 2023, Sant’Ana obteve junto ao ONS a emissão dos TLs para as instalações LT Livramento 3 – Santa Maria 3, SE Santa Maria e Compensador Síncrono da SE Livramento 3. Os TLs foram emitidos de forma retroativa às datas de energização das instalações ocorridas em 2 e 18 de maio respectivamente, e garantindo assim, o recebimento de cerca de 36% da RAP do empreendimento para a Companhia. Em 7 de dezembro de 2022, Sant’Ana obteve o TL para as instalações LT Livramento - Maçambará 3, SE Maçambará 3 e Seccionamento Maçambará - Santo Ângelo em Maçambará 3 C1 e passou a adicionar para a Companhia uma RAP de 32% da RAP total do empreendimento, retroativo a 30 de novembro de 2022. Em 1º de abril de 2022, o empreendimento de Sant’Ana obteve os TLs para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), ambas com tensão de 230 kV, e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3, passando a adicionar para a Companhia uma RAP de mais de 23% da RAP total do empreendimento, retroativa a 28 de março de 2022. Com essas entregas parciais, Sant’Ana passou a ter direito a aproximadamente R\$ 79 MM de RAP (ciclo 2024-2025) antes do prazo previsto de conclusão pela ANEEL de julho de 2023, ou seja, 93% da sua RAP total. Sant’Ana é um empreendimento do lote 12, do leilão de transmissão nº 004/2018, realizado em dezembro de 2018, 100% controlada pela Taesa. Sant’Ana apresenta uma RAP total de R\$ 83,2 MM para o ciclo 2024-2025. O empreendimento está localizado no



Estado do Rio Grande do Sul com extensão aproximadamente de 558 km de linhas de transmissão. O prazo estipulado pela ANEEL para a sua energização é julho de 2023, alterado após publicação da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.926/2020, que conferiu 4 de meses de postergação da entrada em operação comercial como medida de enfrentamento dos efeitos da pandemia.

Entre agosto e setembro de 2023, o empreendimento da concessão Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Ananaí") obteve a Licença Prévia para os trechos da LT 525kV Bateias – Curitiba Leste (C1/C2) e da LT 500kV Ponta Grossa – Assis (C1/C2), incluindo as obras de ampliação das subestações SE Bateias, SE Curitiba Leste, SE Ponta Grossa e SE Assis a serem interligadas.

Em agosto de 2023, a Companhia inaugurou o seu novo Centro de Operação do Sistema ("COS"), investindo em modernização, segurança e qualidade operacional e visando o crescimento sustentável do negócio. O COS está preparado para aumentar a capacidade de atuação e sustentar o crescimento da Taesa no setor de transmissão além de proporcionar maior confiabilidade e segurança operacional para o desenvolvimento do setor energético no Brasil. O COS possui tecnologia e infraestrutura de última geração, com capacidade de comandar e monitorar, em tempo real, todos os ativos da Taesa e é uma edificação com autossuficiência energética, equipada com sistemas que garantem redução no consumo anual de água e energia, dentro das melhores práticas de ESG.

Em agosto de 2023, a ANEEL autorizou, através da REA nº 14.819/2023, a ATE a implantar o reforço no empreendimento na SE Assis: Instalação do 2º ATF 500/440 kV – 3x500 MVA. O Capex ANEEL estimado para realização desse reforço é de R\$ 80,9 MM, que acrescentará a Companhia uma RAP de R\$ 17,5 MM (ciclo 2024-2025) após sua energização e com um prazo regulatório até abril de 2026 para sua conclusão.

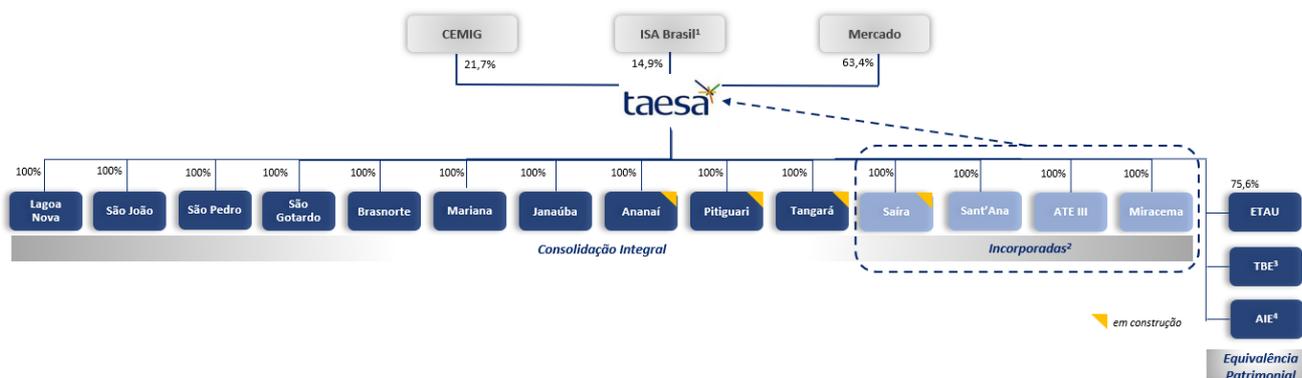
Em 30 de março de 2023, a Taesa assinou os contratos de concessão dos lotes 3 e 5 referentes ao Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2022, realizado em dezembro de 2022. O lote 5 é chamado de Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Saíra") e fica situado entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com extensão já construída de 743 km de linha e três subestações, sendo a SE Garabi uma conversora denominada de *back-to-back* que possibilita a exportação e importação de energia elétrica para Argentina. O empreendimento tem um investimento previsto de R\$ 1.176 milhões (Capex ANEEL), e uma RAP de R\$ 182,0 MM (ciclo 2024-2025) já adicionada de PIS/COFINS. Como parte do valor do investimento, a Companhia realizou o pagamento da indenização de R\$ 870,6 MM à concessionária anterior, passando a realizar toda a operação e manutenção, garantindo assim, a partir de 31 de março, a contabilização de 72,24% da sua RAP total. Uma vez concluídas as obras de revitalização, cujo prazo regulatório para conclusão é de 60 meses, serão acrescentados os 27,76% remanescentes da sua RAP total para a Companhia. O lote 3 é chamado de Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Tangará"), já destacado mais acima.

Em julho de 2022, a ANEEL autorizou através da REA nº 12.267/2022, posteriormente alterada via REA nº 13.194/2022 em novembro 2022, a TSN a implantar reforço na SE Bom Jesus da Lapa II para instalação do 3ºATR 500/230 kV, 3x100 MVA e conexões. O Capex ANEEL estimado para a realização do reforço é de R\$ 71 MM, com RAP de R\$ 10,6 (ciclo 2024-2025) e um prazo regulatório de janeiro de 2025.

Em outubro de 2022, sob as Resoluções Autoritativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022, a Taesa obteve autorização para implantar reforços nas instalações de Novatrans. Novatrans entrou em operação em junho de 2003 e atualmente interliga as regiões Norte e Sudeste, com aproximadamente 1.278 km de 500kV de linhas de transmissão e 6 subestações passando pelos estados do Maranhão, Tocantins e Goiás. As REAs acima autorizam a substituição de 3 Bancos de Capacitores Séries nas subestações de SE Imperatriz, SE Colinas e na saída de linha LT 500kV Colinas-Imperatriz C2. Com um investimento previsto de R\$ 262,6 MM (Capex ANEEL), os projetos terão um prazo regulatório de 30 meses para conclusão e juntos acrescentarão para a Companhia uma RAP de R\$ 43,0 MM a partir da sua energização.

Todos os valores de RAP mencionados acima estão adicionados de PIS/COFINS. Para maiores detalhes, vide seção 4.2.

Resultados do 2º trimestre de 2024

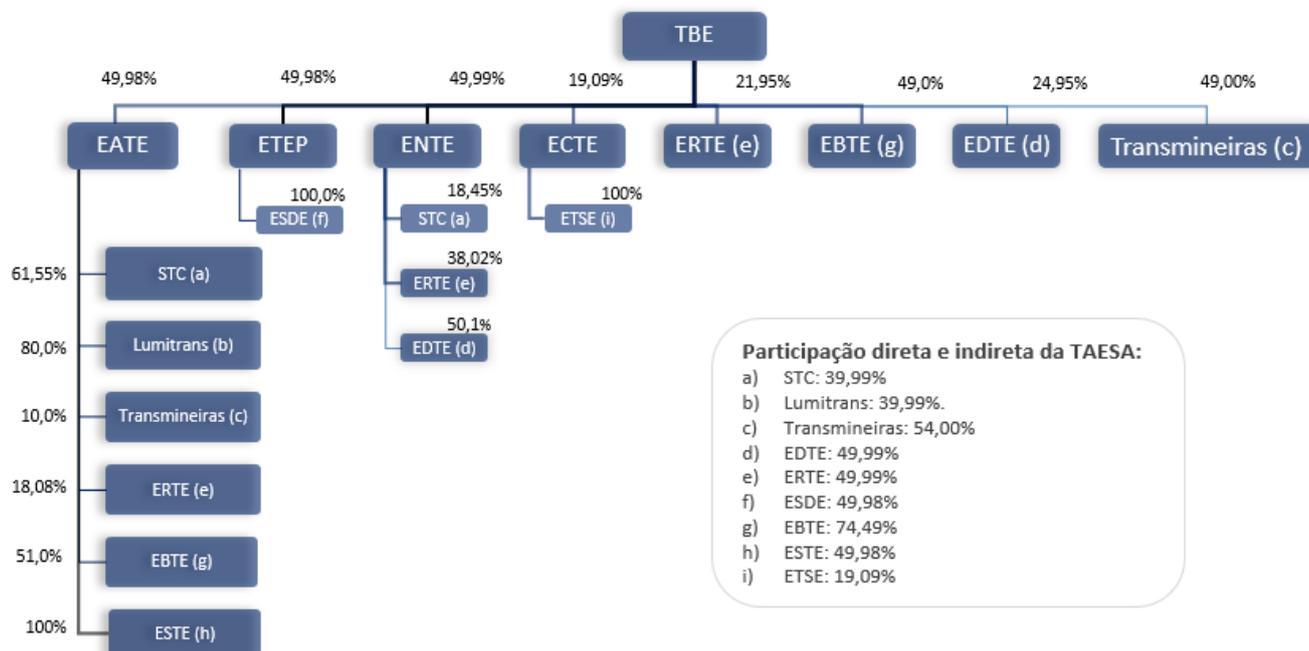


¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

² As concessões de Saira, Sant'Ana e ATE III foram incorporadas à Taesa em 29/12/23 e Miracema foi incorporada em 30/04/24.

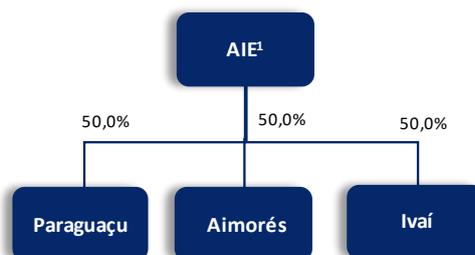


3.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar. Transmineiras - Conjunto de participações em 3 concessões: Transirapé, Transleste e Transudeste, cuja gestão operacional é realizada pelo grupo TBE.

3.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico com participação de 50% TAESA e 50% CTEEP.

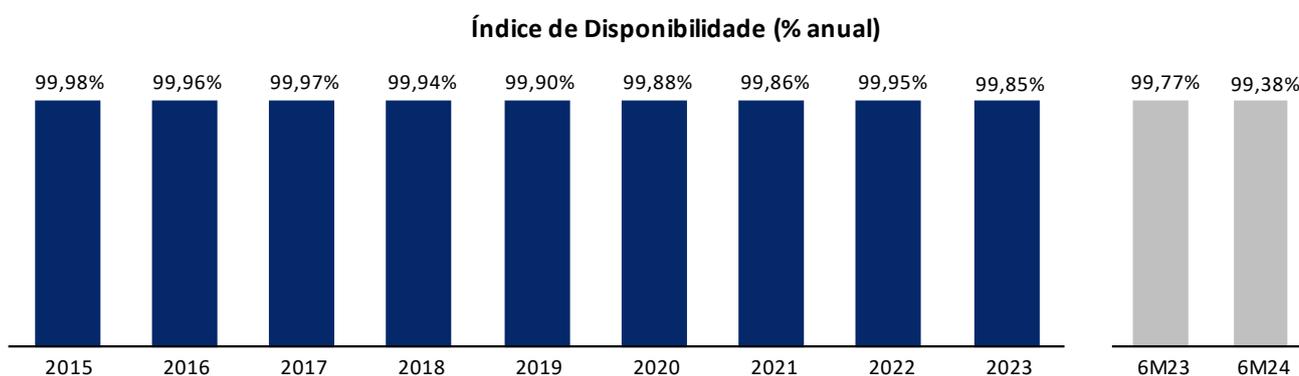


4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

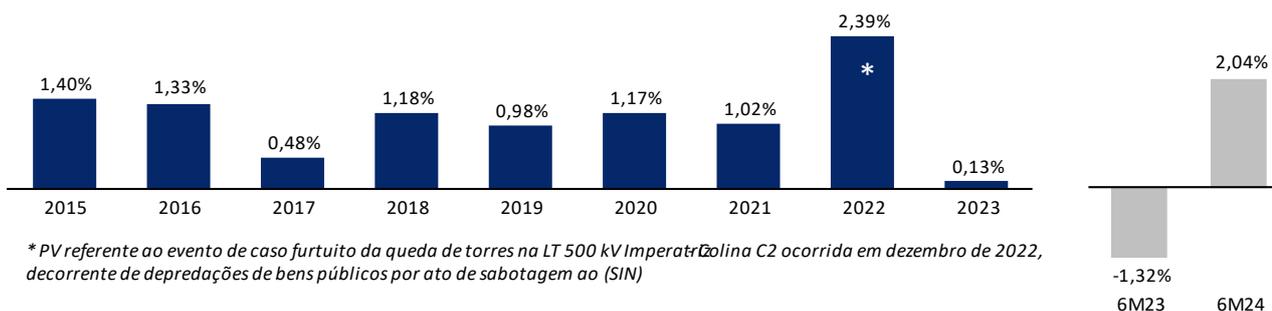
Alinhado com o alto desempenho operacional verificado ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no primeiro semestre de 2024, um índice de disponibilidade de 99,38%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, sem considerar ETAU, AIE e TBE.

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



$$\sum \frac{(Extensão\ da\ linha\ x\ horas\ disponíveis)/100}{(Extensão\ da\ linha\ x\ 8.670\ horas)/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, o desempenho da Companhia é melhor verificado através da análise do valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo



A PV contabilizada no 6M24 foi de R\$ 26,7 MM, equivalente a 2,04% da RAP do mesmo período. Os principais eventos que impactaram a Parcela Variável do período foram os seguintes: (i) Janaúba: provisões pelo desligamento intempestivo, ocorrido em janeiro de 2024, com religamento automático sem sucesso, da LT 500 kV Bom Jesus da Lapa 2 / Janaúba 3, provocado pela falha de um dos componentes de sustentação dos cabos em uma das torres da LT e desligamentos programados para a manutenção corretiva e preventiva relacionadas a ocorrência acima, somando um valor total de R\$ 13,4 MM; (ii) Sant'Ana: provisão de PV referente ao desligamento automático da LT 230 kV Santa Maria 3 / Livramento 3 C1, ocorrido em janeiro de 2024; e (iii) Novatrans: provisão referente ao desligamento automático do banco de capacitores da SE Gurupi, ocorrido em março de 2024.

4.2. Ciclo da RAP 2024-2025

Em 16 de julho de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.348/2024 (“REH 3.348”) que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2024-2025, passando a valer a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025, afetando, portanto, o resultado da Taesa somente a partir do 3T24. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de -0,34% (deflação), e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de +3,93%.

RAP (R\$ MM)	Ciclo 2022-2023	Ciclo 2023-2024	Ciclo 2024-2025
Ajuste IGP-M	10,7%	-4,5%	-0,3%
Novatrans ²	535,4	550,5	510,4
TSN ²	506,2	494,7	488,9
Munirah	33,1	31,6	31,5
GTESA	8,9	8,5	8,5
PATESA ⁵	26,7	26,0	26,1
ETAU ¹	43,2	41,3	37,8
ETEO	159,9	152,7	152,3
NTE	139,9	133,6	133,0
STE ⁵	77,2	73,7	74,1
ATE I ²	135,3	129,2	146,3
ATE II	211,8	202,3	201,7
EATE ¹	198,3	189,4	188,9
ETEP ¹	44,6	42,6	42,5
ENTE ¹	102,1	97,5	97,2
ECTE ¹	16,5	15,7	15,7
ERTE ¹	23,2	22,2	22,2
Lumitrans ¹	12,1	9,2	9,2
Transleste ¹	20,0	19,1	19,0
Transirapé ¹	23,5	23,0	24,2
Transudeste ¹	12,4	11,8	11,8
Subtotal	2.330,3	2.275,0	2.241,3
Ajuste IPC-A	11,7%	3,9%	3,9%
ATE III ²⁴	158,9	95,0	104,5
São Gotardo ⁵	6,9	7,2	7,5
Mariana	20,6	21,4	22,7
Miracema ⁵	86,4	89,7	93,2
Janaúba	257,6	267,7	278,2
Aimorés ¹	52,7	54,8	56,9
Paraguaçu ¹	78,6	81,7	84,9
Brasnorte ⁵	37,8	41,2	42,6
STC ¹⁴	18,0	15,1	14,0
EBTE ¹	48,5	51,7	54,7
ESDE ¹	9,1	9,4	9,8
ETSE ¹	6,5	6,8	7,1
ESTE ¹	74,5	77,4	80,4
Ivaí ¹	199,2	207,1	208,6
EDTE ¹	46,1	47,9	49,8
Sant'Ana	77,8	80,8	83,2
São João	62,4	64,9	67,0
São Pedro ²⁵	67,2	75,7	89,6
Lagoa Nova ⁵	16,1	16,2	16,8
Ananaí ³	159,9	166,2	172,8
Pitiguari ³	19,5	21,4	22,2
Tangará ³⁵	100,7	105,1	109,3
Saíra ³⁵	167,7	175,2	182,0
Subtotal	1.772,7	1.779,7	1.858,0
Total	4.103,0	4.054,7	4.099,3

Obs: Todos valores de RAP estão adicionados de PIS/COFINS

¹ Valor de RAP proporcional à participação da Taesa

² Incluindo os reforços em construção

³ Em Construção

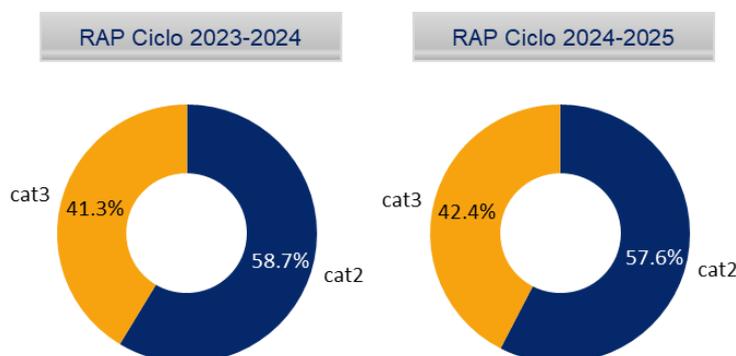
⁴ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁵ Ciclo 2023-2024 atualizado conforme despacho ANEEL de dezembro/23

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total¹ (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2024-2025 é de R\$ 4,1 bilhões, sendo 54,5% no nível da holding. A RAP operacional da Taesa para o ciclo 2024-2025 ficou em R\$ 3,7 bilhões, em linha com o ciclo 2023-2024.

O reajuste da RAP para o ciclo 2024-2025 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) reposicionamento da RAP pela Revisão Tarifária Periódica de reforços e, no caso de Ivaí, da RAP de contrato, que afetou Novatrans, TSN, Transirapé, Mariana, Brasnorte, EBTE e Ivaí; (ii) ATE I e São Pedro possuem reforços autorizados; e (iii) ETAU, ATE III e STC sofrem redução da RAP por determinação da ANEEL que estabeleceu uma métrica para cálculo de RAP de ativos cuja vida útil termine até a próxima revisão periódica. Nestes casos, o valor da RAP residual será paga por meio de Parcela de Ajuste. Nota-se que a aplicação de tal métrica, adotada pela ANEEL por razões operacionais, não adiciona qualquer ganho ou prejuízo econômico-financeiro para tais concessões.

Os valores publicados de RAP pela REH 3.348 das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, Tangará e Saíra foram adicionados de PIS/COFINS para ficarem alinhados às demais concessões da tabela.





4.3. Queda de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) consideram a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada foi reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para os ciclos 2016-2017, 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020, 2020-2021, 2021-2022 e 2022-2023, as seguintes concessões atingiram o 16º ano de operação¹:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE³**: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% da RAP entrou em 26/3/2017.
- **ETEP³**: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE3**: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN³**: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE³**: 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA³**: 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE³**: 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU³**: 34,2% da RAP da ETAU entrou no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrou no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE I entrou no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrou no 16º ano de operação em 18/12/2020.
- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrou no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrou no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé³**: 45,1% da RAP da Transirapé entrou no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.
- **Lumitrans³**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrou no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC³**: 71,9% da RAP da STC entrou no 16º ano de operação em 8/11/2022.



- **ATE III³**: 54,4% da RAP da ATE III entrou no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

Portanto, a RAP da Taesa não terá nos próximos ciclos outros impactos de redução de 50% de RAP que não tenham sido reconhecidos até o final do ciclo 2023-2024.

Notas:

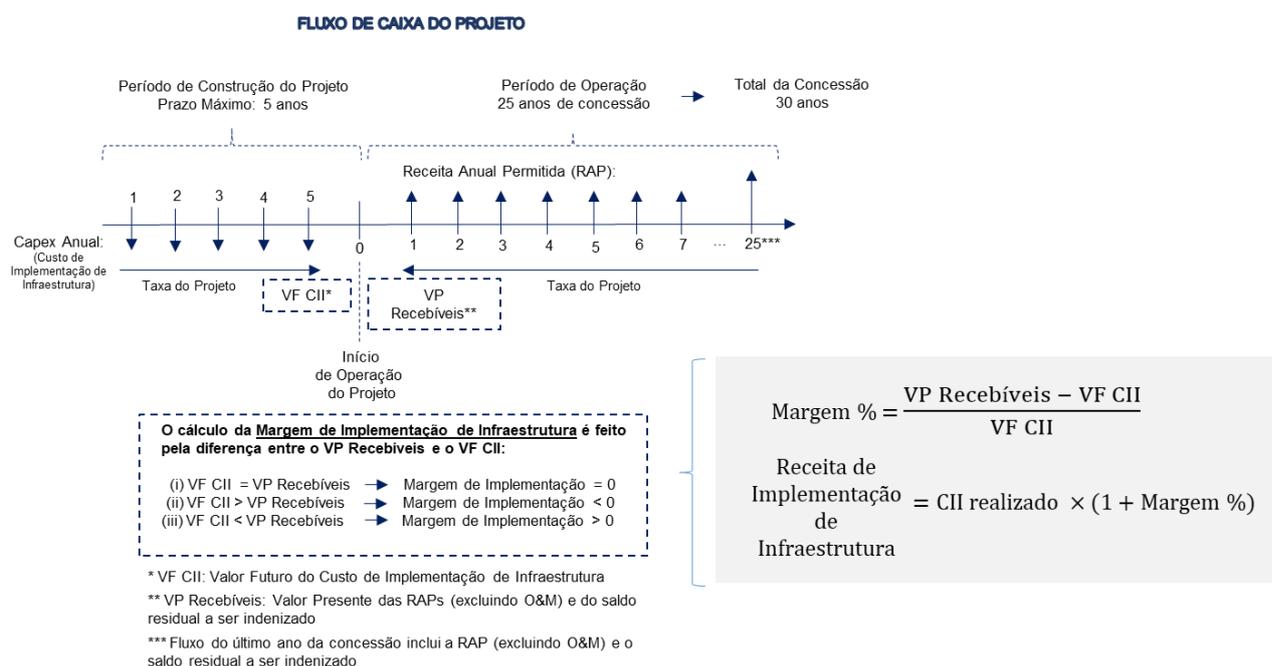
1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria II sujeitos à queda de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.



4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15 a partir de 2018, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

O Ativo de Contrato de Concessão é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto, que se refere ao custo de capital do ativo avaliado à época da sua aquisição.



No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo de Contrato de Concessão), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de implementação de infraestrutura. Isto é, a receita de implementação de infraestrutura constitui uma margem de implementação, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Implementação no momento da entrada em operação (vide figura acima). Ou seja, a receita de implementação é calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de implementação mais a margem de implementação, que inclui também os juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo de contrato de concessão. Portanto, no Ativo de Contrato de Concessão a margem de implementação impacta a Demonstração de Resultados do projeto.

A receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e é contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Implementação de Infraestrutura e o cálculo é o mesmo descrito acima.

Após a entrada em operação, o Ativo de Contrato passa a ser corrigido mensalmente pela inflação (IGP-M ou IPCA, de acordo com cada concessão), calculado pela correção monetária dos recebimentos futuros trazidos a valor presente pela Taxa de retorno do Projeto. A receita de O&M é uma parcela da RAP destinada a remunerar a operação e a manutenção dos ativos da concessão.



Impactos da mudança contábil do CPC-47 registrados até o momento:

Os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 1º de janeiro de 2018, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido), no montante de R\$ 113.399.544,45, referentes a exercícios anteriores.
- (ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iii) Para o Exercício Social de 2019, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 291.323.518,24 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iv) Para o Exercício Social de 2020, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 631.469.547,58 (inclusive o montante de R\$ 124.947.792,20 relacionado ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº04/2020) que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício. Além disso, o montante de R\$ 63.583.002,83 relacionado também ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 para os exercícios anteriores foi registrado na conta de reserva especial, no patrimônio líquido de 2020.
- (v) Para o Exercício Social de 2021, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 408.098.711,76 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício.
- (vi) Para o Exercício Social de 2022, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante líquido de R\$ 94.232.513,75 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, sendo constituído por uma reserva de R\$ 207.632.058,20 e uma realização de R\$ 113.399.544,45 referente ao pagamento de dividendos intermediários em dezembro de 2022.
- (vii) Para o Exercício Social de 2023, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante líquido de R\$ 232.903.901,03 que foi destinado para a conta reserva de lucros a realizar ao término do exercício.

É importante ressaltar que para os exercícios sociais de 2021, 2022, 2023 e primeiro semestre de 2024 a reserva legal (5%) não foi constituída com base no art. 193 parágrafo 1º da Lei das S.A. que indica que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder 30% do capital social.

Com base na deliberação do Conselho de Administração em reunião ocorrida no dia 13 de dezembro de 2023, a Companhia transferiu o montante de R\$ 1.698.618.543,59 da conta reserva especial de lucros para a conta reserva de lucros a realizar, cuja realização se dará por meio de pagamentos de dividendos intermediários, a depender de disponibilidade de caixa da Companhia.

Em função da reapresentação das demonstrações financeiras da Taesa a partir de 1º de janeiro de 2023, foi compensado da Reserva de Lucros a Realizar o montante de R\$ 156.049.501,44 que se refere aos ajustes acumulados até 31 de dezembro de 2023. Portanto, os ajustes acima mencionados somam R\$ 1.795.885.323,35, sendo R\$ 1.775.472.943,18 contabilizados como Reserva de Lucros a Realizar e R\$ 20.412.380,17 como Reserva Legal (5%).

Em 30 de junho de 2024, os ajustes gerados pela adoção do CPC-47 no resultado líquido somam R\$ 41.105.696,06, contabilizados na conta de Lucros Acumulados.

Resultados do 2º trimestre de 2024

É importante ressaltar que os efeitos relativos à adoção do CPC 47 (Margem de Construção) são excluídos do lucro líquido distribuível e durante o exercício são contabilizados na conta de Lucros Acumulados, sendo destinados para as contas de Reserva de Lucros a Realizar e Reserva Legal ao final do exercício social.



4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 2T24 foi de R\$ 911,1 MM, 33,5% maior que o 2T23, em função principalmente dos maiores investimentos realizados em Ananái, Pitiguari, Tangará, Saíra (2ª fase), e reforços da Novatrans e TSN, e do crescimento da receita de correção monetária, motivada majoritariamente pela recuperação do IGP-M entre os períodos comparados, além do início operacional das fases finais de Sant'Ana. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento da Parcela Variável, que foi impactada pela reversão contabilizada no 2T23.

A Receita Líquida IFRS do 6M24 foi de R\$ 1.640,6 MM, 19,6% maior que o registrado no 6M23.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de implementação de infraestrutura que passa a contabilizar uma margem de implementação de infraestrutura, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é reconhecido mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do segundo trimestre de 2024 foram: IGP-M de -0,47%, +0,31% e +0,89% (acumulado +0,73%), e IPCA de +0,16%, +0,38% e +0,46% (acumulado +1,00%), referente aos meses de março, abril e maio de 2024, respectivamente. No segundo trimestre de 2023, o IGP-M foi de +0,05%, -0,95% e -1,84% (acumulado -2,72%), e IPCA de +0,71%, +0,61% e +0,23% (acumulado +1,56%), referente aos meses de março, abril e maio de 2023, respectivamente.

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	2T24	2T23*	Var.%	6M24*	6M23*	Var.%
Operação e manutenção	267,4	275,4	-2,9%	534,8	542,2	-1,4%
Remuneração do ativo contratual de concessão	285,4	285,9	-0,2%	571,4	550,4	3,8%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	100,4	(21,6)	n/a	235,3	114,5	105,5%
Implementação de infraestrutura	341,4	185,0	84,5%	460,5	260,1	77,0%
Total Receitas IFRS	994,6	724,7	37,2%	1.802,0	1.467,3	22,8%
Parcela variável	(6,8)	12,4	n/a	(26,7)	17,5	n/a
Outras receitas operacionais	5,6	9,4	-40,5%	19,6	16,9	16,5%
Receita operacional bruta	993,4	746,5	33,1%	1.795,0	1.501,6	19,5%
PIS e COFINS	(56,1)	(39,3)	42,7%	(101,2)	(80,4)	25,9%
ISS	(0,1)	(0,1)	-23,6%	(0,2)	(0,2)	-21,3%
ICMS	-	(0,0)	-100,0%	-	(0,0)	-100,0%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26,1)	(24,5)	6,3%	(53,0)	(48,7)	9,0%
Deduções da receita operacional bruta	(82,3)	(64,0)	28,6%	(154,4)	(129,3)	19,4%
Receita operacional líquida	911,1	682,5	33,5%	1.640,6	1.372,3	19,6%

* Demonstrações de resultados reapresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2024. Vide página 2 deste Release de Resultados para maiores detalhes.

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** A queda de 2,9% da receita de O&M se deve ao reajuste de -4,5% (IGP-M) do ciclo 2023-2024 para as concessões de categoria 2, conforme Resolução Homologatória nº 3.216/2023, compensado pelo início de operação das fases finais de Sant'Ana, e ao reajuste inflacionário de +3,9% (IPCA) do mesmo ciclo para as concessões de categoria 3.
- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa de retorno do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). A queda de 0,2% na comparação anual se deve principalmente pela redução natural desta receita em função da amortização do ativo contratual pela RAP, compensada pela entrada em operação da fase final de Sant'Ana e pelo impacto da correção monetária do IPCA no saldo do ativo contratual.



- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação, a receita de correção monetária apresentou um aumento na comparação anual de R\$ 122,0 MM em razão do aumento do IGP-M (+0,73% no acumulado do 2T24 versus -2,72% no 2T23), além do início da operação das fases finais de Sant'Ana, compensado em parte pelo menor IPCA entre os períodos comparados (+1,00% no acumulado do 2T24 versus +1,56% no 2T23).
- **Implementação de infraestrutura:** Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de implementação nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de implementação durante o período pré-operacional. O aumento anual de R\$ 156,4 MM na receita de implementação se deve basicamente aos investimentos realizados em Ananaí, Pitiguari, Tangará, Saíra (2ª fase), além dos reforços em Novatrans e TSN, compensados em parte pela entrada em operação comercial total de Sant'Ana e atraso no licenciamento ambiental de Ananaí que impacta diretamente na margem de construção do empreendimento.
- **Parcela variável (PV):** A Parcela Variável (PV) registrou um aumento de R\$ 19,2 MM na comparação entre os períodos principalmente em função de: (i) Sant'Ana: provisão de PV no 2T24 referente ao desligamento automático da LT 230 kV Santa Maria 3 / Livramento 3 C1 ocorrido em janeiro de 2024; e (ii) ATE: reversão contabilizada no 2T23 de R\$ 15,1 milhões, motivada pela contestação de liminar de suspensão da cobrança da parcela variável, referente a queda de torres na LT 525 kV Assis Araraquara C1 SP em outubro de 2021, decorrente de um evento climático severo, conforme foi divulgado a época.
- **Outras receitas operacionais:** A redução de R\$ 3,8 MM se deve, principalmente, à contabilização no ano anterior referente à receita da concessão Sant'Ana após a entrada em operação de uma de suas fases (a contabilização do ativo contratual operacional somente é iniciada após a entrada em serviço do seu respectivo ativo imobilizado, cujo prazo é de até 60 dias após a sua entrada em operação comercial).
- **Deduções da receita bruta:** Houve um aumento de 29,8% na comparação entre 2T24 versus 2T23, principalmente em função do PIS/COFINS, motivado pela mudança de regime fiscal de Saíra e Sant'Ana para lucro real.



4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 396,4 MM no 2T24, 37,1% maior quando comparado ao 2T23.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram no semestre R\$ 574,2 MM, 30,5% maior quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	2T24	2T23	Var.%	6M24	6M23	Var.%
Pessoal	(62,1)	(61,7)	0,6%	(128,6)	(114,8)	12,0%
Material	(299,1)	(172,8)	73,1%	(380,7)	(246,6)	54,3%
Serviço de terceiros	(27,0)	(33,0)	-18,1%	(47,6)	(48,7)	-2,2%
Outros	(2,9)	(18,0)	-83,6%	(7,5)	(20,8)	-64,0%
Total	(391,2)	(285,4)	37,0%	(564,3)	(430,9)	31,0%
Depreciação e amortização	(5,3)	(3,8)	39,8%	(9,9)	(9,0)	9,9%
Total	(396,4)	(289,2)	37,1%	(574,2)	(439,9)	30,5%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 0,6% na comparação entre o 2T24 e o 2T23 é explicado principalmente pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 2023 em +3,9%, baseado no índice de inflação IPCA, e méritos e promoções, parcialmente compensados por um aumento de vagas em aberto.
- **Material:** O aumento anual de R\$ 126,3 MM se deve, principalmente, aos investimentos nos empreendimentos de Ananá (+R\$ 99,9 MM), Pitiguari (+R\$ 40,5 MM), Tangará (+R\$ 22,0 MM), Saíra (+R\$ 9,7 MM) e nos reforços da Novatrans (+R\$ 22,5 MM) e da TSN (+R\$ 11,6 MM). Estes efeitos foram compensados, em parte, pela entrada em operação comercial de Sant'Ana e redução de R\$ 21,8 MM no Capex de O&M.
- **Serviços de terceiros:** A redução de 18,1% na comparação entre o 2T24 e o 2T23 foi influenciada por menores gastos com serviços de consultoria administrativa e técnica e menores custos com limpeza de faixa de servidão. Estes efeitos foram compensados por maiores despesas com serviços de limpeza e conservação, principalmente despesas não-recorrentes, no montante de R\$ 1,4 MM, relativo à compensação ambiental prevista no contrato de compra e venda de São João e que já foram ressarcidas pelo acionista anterior (Âmbar).
- **Outros:** A redução de 83,6% se deve, principalmente, pelo efeito líquido de revisão da margem dos empreendimentos em construção (Saíra e Sant'Ana) que afetou o 2T23, e menores provisões de contingências cíveis. Estes efeitos foram parcialmente compensados por reversão de contingências fiscais ocorridas no 2T23.
- **Depreciação e amortização:** O aumento de R\$ 1,5 MM entre o 2T24 e 2T23 se deve basicamente ao início da depreciação da frota própria de veículos da Companhia.



4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

No 2T24, o EBITDA IFRS totalizou R\$ 520,0 MM com margem EBITDA de 57,1%. O aumento de 31,0% do EBITDA IFRS na comparação com 2T23 é explicado basicamente por: (i) recuperação do IGP-M entre períodos (+0,73% no 2T24 vs. -2,73% no 2T23), que afetaram positivamente as receitas de correção monetária; (ii) aumento da margem de implementação de infraestrutura, seguindo os maiores investimentos nos empreendimentos de Ananaí, Pitiguari, Tangará, Saíra (2ª fase) e reforços da Novatrans e TSN; e (iii) início operacional das fases finais de Sant'Ana. Estes efeitos foram compensados em parte pela maior Parcela Variável.

EBITDA IFRS (Consolidado)

R\$ MM	2T24	2T23*	Var.%	6M24*	6M23*	Var.%
Receita líquida	911,1	682,5	33,5%	1.640,6	1.372,3	19,6%
Custos e despesas	(391,2)	(285,4)	37,0%	(564,3)	(430,9)	31,0%
EBITDA	520,0	397,1	31,0%	1.076,3	941,4	14,3%
Margem EBITDA	57,1%	58,2%	-1,1 pp	65,6%	68,6%	-3,0 pp

* Demonstrações de resultados reapresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2024. Vide página 2 deste Release de Resultados para maiores detalhes.



4.8. Receita Líquida Regulatória

A Receita Líquida Regulatória no 2T24 alcançou R\$ 579,7 MM, 7,2% menor que o registrado no 2T23, explicada principalmente pelo reajuste negativo do IGP-M no ciclo RAP 2023-2024 para as concessões de categoria 2, queda de 50% da RAP da ATE III e maior Parcela Variável. Estes efeitos foram compensados em parte pela entrada em operação de fases finais de Sant'Ana, e reajuste inflacionário do IPCA no ciclo 2023-2024 da RAP das concessões de categoria 3.

A Receita Líquida Regulatória no 6M24 somou R\$ 1.155,5 MM, apresentando uma queda anual de 4,8%.

A Receita Líquida Regulatória representa o reconhecimento das RAPs definidas nos contratos de concessão e autorizadas pela ANEEL para o ciclo atual, representando um doze avos da RAP contabilizada mensalmente no resultado. Conforme estabelecido no contrato de concessão, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2). Portanto, ela difere Receita Líquida IFRS descrita na seção 4.5.

A queda na linha da RAP de 3,4% entre o 2T24 e o 2T23 é explicada por (i) reajuste negativo do IGP-M no ciclo 2023-2024 da RAP das concessões de categoria 2, em -4,5% e (ii) redução de 50% da RAP da ATE III (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de queda nas seções 4.2 e 4.3). Esta queda foi compensada, em parte, pelo reajuste inflacionário do IPCA no mesmo ciclo das concessões de categoria 3, em +3,9%, e pela entrada em operação de fases finais do empreendimento Sant'Ana em agosto e dezembro de 2023.

A Parcela Variável (PV) registrou uma aumento de R\$ 19,2 MM na comparação entre os períodos principalmente em função de: (i) Sant'Ana: provisão de PV no 2T24 referente ao desligamento automático da LT 230 kV Santa Maria 3 / Livramento 3 C1 ocorrido em janeiro de 2024, e (ii) ATE: reversão de R\$ 15,1 milhões, contabilizada no 2T23, motivada por contestação de liminar de suspensão da cobrança da parcela variável, referente a queda de torres na LT 525 kV Assis Araraquara C1 SP em outubro de 2021, decorrente de um evento climático severo, conforme foi divulgado a época.

O aumento nas deduções da receita de 4,2% na comparação entre os trimestres se deve, principalmente, pelo aumento dos encargos setoriais e PIS/COFINS em função da mudança de regime fiscal de Saíra e Sant'Ana para lucro real, parcialmente compensada pela queda da RAP.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	2T24	2T23*	Var.%	6M24*	6M23*	Var.%
RAP Concessionárias	651,0	674,0	-3,4%	1.310,6	1.317,5	-0,5%
Parcela Variável	(6,8)	12,4	n/a	(26,7)	17,5	n/a
Receita do Serviço	644,3	686,4	-6,1%	1.283,9	1.335,0	-3,8%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	0,3%	0,6	0,6	0,3%
Receita operacional bruta	644,6	686,7	-6,1%	1.284,5	1.335,6	-3,8%
PIS e COFINS	(38,7)	(37,6)	2,9%	(75,7)	(72,7)	4,2%
ISS	(0,1)	(0,1)	-23,6%	(0,2)	(0,2)	-21,3%
ICMS	-	(0,0)	-100,0%	-	(0,0)	-100,0%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26,1)	(24,5)	6,3%	(53,0)	(48,7)	9,0%
Total Deduções	(64,9)	(62,3)	4,2%	(128,9)	(121,6)	6,0%
Receita operacional líquida	579,7	624,5	-7,2%	1.155,5	1.214,0	-4,8%

* Demonstrações de resultados reapresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2024. Vide página 2 deste Release de Resultados para maiores detalhes.



4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 181,8 MM no 2T24, 5% menor quando comparado ao 2T23. Os custos de PMSO somaram R\$ 94,5 MM, registrando uma redução anual de 3,7%.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização no primeiro semestre do ano alcançaram R\$ 369,1 MM, 8,2% maior na comparação anual. No 6M24, os custos de PMSO somaram R\$ 193,5 MM, registrando um aumento de 11,0%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	2T24	2T23	Var.%	6M24	6M23	Var.%
Pessoal	(62,1)	(61,7)	0,6%	(128,6)	(114,8)	12,0%
Material	(1,9)	(1,7)	10,4%	(3,3)	(3,8)	-12,5%
Serviço de terceiros	(27,0)	(33,0)	-18,1%	(47,6)	(48,7)	-2,2%
Outros	(3,5)	(1,7)	104,7%	(14,0)	(7,2)	96,3%
Total	(94,5)	(98,1)	-3,7%	(193,5)	(174,4)	11,0%
Depreciação e amortização	(87,3)	(93,2)	-6,4%	(175,6)	(166,8)	5,3%
Total	(181,8)	(191,4)	-5,0%	(369,1)	(341,2)	8,2%

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de implementação no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças na linha de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 94,5 MM no 2T24 (-3,7% versus 2T23), explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 0,6% na comparação entre o 2T24 e o 2T23 é explicado principalmente pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 2023 em +3,9% baseado no índice de inflação IPCA, e méritos e promoções, parcialmente compensados por um aumento de vagas em aberto.
- **Material:** O aumento de 10,4% entre os períodos comparados se deve a maiores gastos com manutenção de veículos.
- **Serviços de Terceiros:** A redução de 18,1% na comparação entre o 2T24 e o 2T23 foi influenciada por menores gastos com serviços de consultoria administrativa e técnica e menores custos com limpeza de faixa de servidão. Estes efeitos foram compensados por maiores despesas com serviços de limpeza e conservação, principalmente despesas não-recorrentes, no montante de R\$ 1,4 MM, relativo à compensação ambiental prevista no contrato de compra e venda de São João e que já foram ressarcidas pelo acionista anterior (Âmbar).
- **Outros:** O aumento de R\$ 1,8 MM no 2T24 se deve, principalmente, por reversão de contingências fiscais ocorridas no 2T23. Estes efeitos foram compensados, em parte, por menores provisões para contingências cíveis.

A queda de 6,4% na linha de depreciação e amortização, na comparação entre o 2T24 e o 2T23, refere-se basicamente ao ajuste na depreciação de Saíra no 4T23, compensado parcialmente pela entrada em operação das fases finais de Sant'Ana em 2023 e do início de depreciação da frota própria de veículos da Companhia.

4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 2T24 atingiu R\$ 485,2 MM, 7,8% menor que o registrado no 2T23, e a margem EBITDA atingiu 83,7% (-0,6pp versus 2T23). Conforme mencionado anteriormente, o desempenho no EBITDA e margem EBITDA é explicado por (i) reajuste negativo pelo IGP-M para o ciclo 2023-2024 da RAP (-4,5%) nos contratos de categoria 2, (ii) aumento da Parcela Variável em função principalmente da reversão de PV na ATE, contabilizada no 2T23, decorrente de evento climático severo cuja cobrança foi suspensa através de liminar, e (iii) redução de 50% da RAP da concessão ATE III – última concessão a sofrer este impacto. Estes efeitos foram compensados parcialmente pela redução nos custos operacionais no trimestre, entrada em operação total de Sant'Ana, e o reajuste inflacionário do IPCA do mesmo ciclo (+3,9%) nos contratos de categoria 3.

Desconsiderando os efeitos não-recorrentes dos trimestres comparados e o evento de PV mencionados acima, o EBITDA ficaria em R\$ 486,6 MM, 5,1% menor que o EBITDA ajustado do 2T23 (R\$ 512,5 MM) e a margem EBITDA seria de 83,9%, em linha com a margem EBITDA ajustada do mesmo período de 2023.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	2T24	2T23*	Var.%	6M24*	6M23*	Var.%
Receita líquida	579,7	624,5	-7,2%	1.155,5	1.214,0	-4,8%
Custos e despesas	(94,5)	(98,1)	-3,7%	(193,5)	(174,4)	11,0%
EBITDA	485,2	526,3	-7,8%	962,0	1.039,6	-7,5%
Margem EBITDA	83,7%	84,3%	-0,6 pp	83,3%	85,6%	-2,4 pp

* Demonstrações de resultados reapresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2024. Vide página 2 deste Release de Resultados para maiores detalhes.

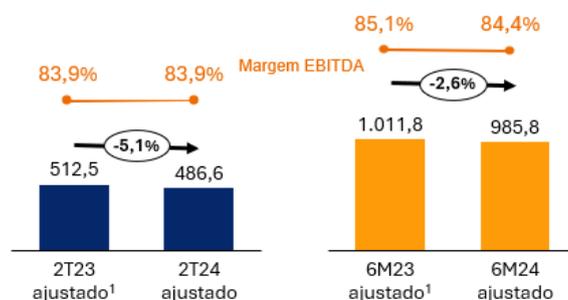
Ajustes mencionados¹

R\$ MM	2T24	2T23	6M24	6M23
Parcela Variável	-	15,1	(13,4)	27,9
Custos e despesas	(1,4)	-	(11,5)	2,1

(1) Reversão de Parcela Variável da ATE (caso climático severo em Assis) via suspensão de cobrança por liminar no 2T23 e despesa reembolsada de São João (contrato Âmbar) destacada acima. Vide Release do 1T24 para detalhes sobre os ajustes do primeiro trimestre.

EBITDA Regulatório ajustado (Consolidado)

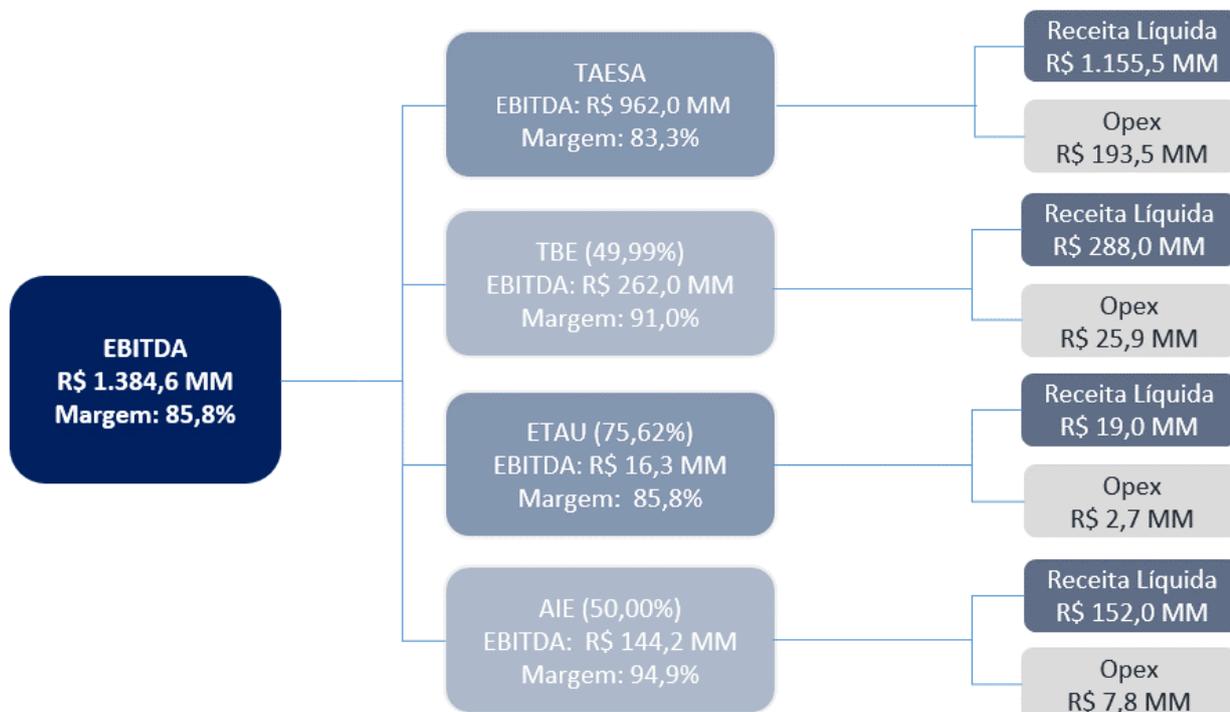
R\$ MM	2T24	2T23*	Var.%	6M24*	6M23*	Var.%
Receita líquida	579,7	610,6	-5,1%	1.167,9	1.188,3	-1,7%
Custos e despesas	(93,1)	(98,1)	-5,1%	(182,1)	(176,5)	3,1%
EBITDA	486,6	512,5	-5,1%	985,8	1.011,8	-2,6%
Margem EBITDA	83,9%	83,9%	0,0 pp	84,4%	85,1%	-0,7 pp





4.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório no primeiro semestre de 2024 considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, AIE e TBE).





4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 2T24 totalizou R\$ 131,9 MM, 61,9% maior que o 2T23. Já no primeiro semestre de 2024, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 289,1 MM, 7,5% maior que o mesmo período de 2023.

Equivalência Patrimonial IFRS

R\$ MM	2T24	2T23	Var.%	6M24	6M23	Var.%
ETAU	6,0	2,1	180,8%	29,0	9,2	214,1%
TBE	74,8	20,6	263,8%	139,4	97,1	43,6%
Aimorés	12,5	13,8	-9,0%	29,2	26,6	9,6%
Paraguaçu	18,5	22,1	-16,2%	39,6	41,2	-3,8%
Ivaí	20,0	22,9	-12,7%	52,0	94,8	-45,2%
Total Equivalência Patrimonial	131,9	81,5	61,9%	289,1	268,9	7,5%

O aumento de 61,9% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 2T24 e o 2T23, se deve principalmente a: (i) aumento da receita de correção monetária com impacto relevante na TBE decorrente do aumento do IGP-M entre os períodos comparados e do efeito líquido positivo das revisões tarifárias que afetaram a EATE, EBTE e Transirapé (TBE); (ii) redução da despesa financeira de Ivaí; (iii) incremento de receita financeira na TBE; e (iv) aproveitamento do benefício fiscal SUDENE em Aimorés e Paraguaçu a partir de 2023. Estes efeitos foram compensados pela contração do IPCA entre os períodos comparados, com impacto na receita de correção monetária na Aimorés, Paraguaçu e Ivaí, e pela renovação pendente do benefício fiscal SUDAM da EATE (TBE) devido a atrasos ocasionados pelo órgão.

4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 2T24 totalizou R\$ 97,6 MM, 5,6% menor que o registrado no 2T23. No primeiro semestre de 2024, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em R\$ 206,2 MM, 5,7% maior que o registrado no 6M23.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

	2T24	2T23	Var.%	6M24	6M23	Var.%
ETAU	7,2	8,3	-13,0%	31,5	16,9	86,5%
TBE	73,1	78,2	-6,5%	145,2	152,8	-5,0%
Aimorés	9,6	9,2	4,4%	19,6	16,3	19,9%
Paraguaçu	13,8	14,9	-7,2%	27,6	24,9	10,6%
Ivaí	7,6	6,6	15,9%	9,6	11,4	-15,6%
Resultado das Controladas	111,3	117,1	-4,9%	233,5	222,4	5,0%
Amortização do ágio - TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(27,3)	(27,3)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial	97,6	103,4	-5,6%	206,2	195,1	5,7%

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 2T24 apresentou uma queda de 5,6% na comparação com 2T23, explicado por (i) reajuste negativo do IGP-M (-4,5%) ciclo da RAP 2023-2024 para as concessões de categoria 2, (ii) início da depreciação e amortização de Ivaí, e (iii) renovação pendente do benefício fiscal SUDAM da EATE (TBE) devido a atrasos ocasionados pelo órgão. Estes efeitos foram compensados em parte por (i) entrada em operação total de Ivaí no início de 2024, (ii) reajuste inflacionário do IPCA no mesmo ciclo da RAP (+3,9%) para as concessões de categoria 3, e (iii) aproveitamento do benefício fiscal SUDENE em Aimorés e Paraguaçu a partir de 2023.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.



4.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 202,9 MM no 2T24, 17,6% menor que o registrado no 2T23. A despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 202,9 MM com o mesmo desempenho positivo de 17,6% na comparação anual.

No primeiro semestre de 2024, a despesa financeira líquida IFRS fechou em R\$ 504,9 MM, apresentando uma queda de 4,9% contra 6M23. A despesa financeira líquida regulatória também totalizou R\$ 504,8 MM, 4,9% menor na comparação anual.

Resultado Financeiro IFRS

R\$ MM	2T24	2T23*	Var.%	6M24*	6M23*	Var.%
Receitas Financeiras	30,3	36,7	-17,3%	55,3	70,5	-21,5%
Renda de aplicação financeira	30,3	36,7	-17,3%	55,3	70,5	-21,5%
Despesas Financeiras	(233,2)	(282,8)	-17,5%	(560,2)	(601,2)	-6,8%
Juros incorridos	(183,0)	(188,1)	-2,7%	(381,1)	(374,3)	1,8%
Variações monetárias e cambiais	(42,4)	(82,8)	-48,7%	(166,5)	(200,6)	-17,0%
Ajuste ao valor justo	-	-	n/a	-	-	n/a
Arrendamento	(0,1)	(0,1)	-34,7%	(0,1)	(0,2)	-40,9%
Outras despesas/receitas financeiras	(7,8)	(11,9)	-34,6%	(12,6)	(26,2)	-52,0%
Total IFRS	(202,9)	(246,2)	-17,6%	(504,9)	(530,8)	-4,9%

* Demonstrações de resultados reapresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2024. Vide página 2 deste Release de Resultados para maiores detalhes.

A queda de R\$ 6,4 MM nas Receitas Financeiras, entre o 2T24 e o 2T23, ocorreu em função da contração do CDI (+2,5% no 2T24 versus +3,1% no 2T23) e o menor volume médio de caixa aplicado entre os trimestres comparados.

A redução de 2,7% entre o 2T24 e o 2T23 na linha de juros incorridos se deve, principalmente, a eficiência obtida pela captação da 1ª série da 15ª emissão de debêntures indexada à CDI + 0,63% para prepagar a 13ª emissão de debêntures indexada à CDI + 1,50%, ambas no montante total de R\$ 1 bilhão, além da contração do CDI nos períodos comparados conforme mencionado acima.

A redução anual de 48,7% na linha de variações monetárias e cambiais é explicada pela (i) contração do IPCA registrado entre os trimestres (+1,00% no 2T24 versus +1,56% no 2T23), acentuada pela conciliação da utilização do IPCA estimado versus o IPCA realizado para a contabilização mensal desta linha, sobre a dívida indexada à inflação, e pelo (ii) impacto de R\$ 4,3 MM do instrumento financeiro de proteção cambial (*Non-Deliverable Forward* - NDF) na compra de equipamentos em moeda estrangeira em Saíra. Estes efeitos foram compensados em parte pelo maior volume médio de dívida no período.

A linha de outras despesas financeiras apresentou uma queda de 34,6% na comparação entre os trimestres explicada basicamente pela variação monetária da Parcela de Ajuste (PA) reconhecida retrospectivamente e redução da despesa de atualização dos processos judiciais. Esses efeitos foram parcialmente compensado por (i) prêmio pago aos debenturistas pela liquidação antecipada da 13ª emissão de debêntures, (ii) despesa bancária em função da escrituração de valores mobiliários, e (iii) redução da receita de correção monetária dos depósitos judiciais.



4.15. Impostos

O aumento de R\$ 33,6 MM do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 2T24 e 2T23 é explicado principalmente pelo aumento de 94,2% do lucro antes dos impostos, que foi compensado pela dedução do Juros sobre Capital Próprio (JCP) distribuído no trimestre. Vale destacar ainda que a Companhia obteve uma menor eficiência fiscal das empresas em regime de lucro presumido motivada pela mudança do regime fiscal de Saíra e Sant'Ana para lucro real em 2024.

Já a redução de R\$ 52,6 MM do Imposto de Renda e Contribuição Social no Regulatório reconhecido no resultado entre o 2T24 e 2T23 é explicada principalmente pela queda de 5,1% do lucro antes dos impostos e pela dedução do Juros sobre Capital Próprio (JCP) distribuído no trimestre que ampliou a queda do lucro tributável para 77,9% entre os períodos comparados, além dos benefícios fiscais gerados pelas empresas de lucro presumido e o incentivo SUDAM/SUDENE.

R\$ MM	IFRS					
	2T24	2T23*	Var.%	6M24*	6M23*	Var.%
Conciliação Imposto						
Lucro antes dos impostos (EBT)	443,7	228,5	94,2%	850,6	670,4	26,9%
Exclusão Equivalência Patrimonial (EP)	(131,9)	(81,5)	61,9%	(289,1)	(268,9)	7,5%
Base excluindo EP	311,9	147,1	112,0%	561,5	401,6	39,8%
Dedução - JCP distribuído	(144,9)	-	-	(144,9)	-	-
Lucro Tributável	167,0	147,1	13,5%	416,6	401,6	3,7%
IRCS (alíquota 34%)	(56,8)	(50,0)	13,5%	(141,6)	(136,5)	3,7%
Eficiência fiscal do Regime Presumido	13,5	39,8	-66,1%	53,9	61,8	-12,8%
Benefício SUDAM/SUDENE	4,0	5,2	-22,1%	16,0	8,2	94,1%
Outros	(1,2)	(1,8)	-34,6%	(0,9)	1,1	-180,9%
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(40,5)	(6,9)	486,2%	(72,7)	(65,4)	11,2%
Alíquota: IRCS / EBT	9,1%	3,0%	6,1 pp	8,6%	9,8%	-1,2 pp
Alíquota: IRCS / Base excluindo EP	13,0%	4,7%	8,3 pp	13,0%	16,3%	-3,3 pp

R\$ MM	Regulatório					
	2T24	2T23*	Var.%	6M24*	6M23*	Var.%
Conciliação Imposto						
Lucro antes dos impostos (EBT)	286,4	301,9	-5,1%	487,9	537,3	-9,2%
Exclusão Equivalência Patrimonial (EP)	(97,6)	(103,4)	-5,6%	(206,2)	(195,1)	5,7%
Base excluindo EP	188,8	198,5	-4,9%	281,6	342,2	-17,7%
Dedução - JCP distribuído	(144,9)	-	-	(144,9)	-	-
Lucro Tributável	43,9	198,5	-77,9%	136,7	342,2	-60,0%
IRCS (alíquota 34%)	(14,9)	(67,5)	-77,9%	(46,5)	(116,3)	-60,0%
Eficiência fiscal do Regime Presumido	5,9	7,1	-16,0%	27,2	14,3	90,7%
Benefício SUDAM/SUDENE	4,0	5,2	-22,1%	16,0	8,2	94,1%
Outros	6,4	4,1	56,7%	(1,0)	4,0	-124,9%
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	1,4	(51,2)	-102,8%	(4,3)	(89,9)	-95,2%
Alíquota: IRCS / EBT	-0,5%	17,0%	-17,4 pp	0,9%	16,7%	-15,8 pp
Alíquota: IRCS / Base excluindo EP	-0,7%	25,8%	-26,5 pp	1,5%	26,3%	-24,7 pp

* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2024. Vide página 2 deste Release de Resultados para maiores detalhes.

Resultados do 2º trimestre de 2024



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN *	"Real"	"Sudene"	76%	2031	0,65%	3,00%
Munirah*	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
GTESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
PATESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
NVT *	"Real"	"Sudam"	76%	2023 ₁	0,65%	3,00%
ETEO *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene/Sudam"	100%	2031/2032 ₃	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
Saira	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
BRASNORTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETAU	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Real"	"Sudam"	100%	2032	1,65%	7,60%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2031	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Ananai	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Pitiguari	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Tangará	"Presumido"	-	-	(2)	0,65%	3,00%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023 ₁	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2026	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2032	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	38%	2032	1,65%	7,60%
Ivaí	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%

*Empresas que apuram PIS/COFINS tanto pelo Regime Cumulativo (RAP) quanto pelo Regime não Cumulativo (novas receitas).

(1) Os projetos se encontram em processo de renovação do benefício perante a SUDAM (aguardando expedição)

(2) A obtenção do benefício ocorrerá junto a entrada em operação do projeto, quando o prazo do benefício também será determinado

(3) O projeto foi aprovado pela SUDAM e o laudo expedido, e está pendente a homologação pela Receita Federal.



O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

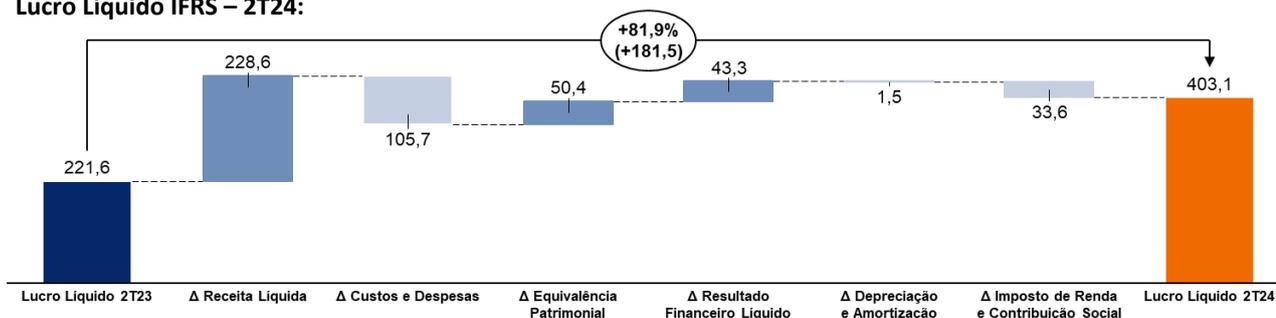
Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.



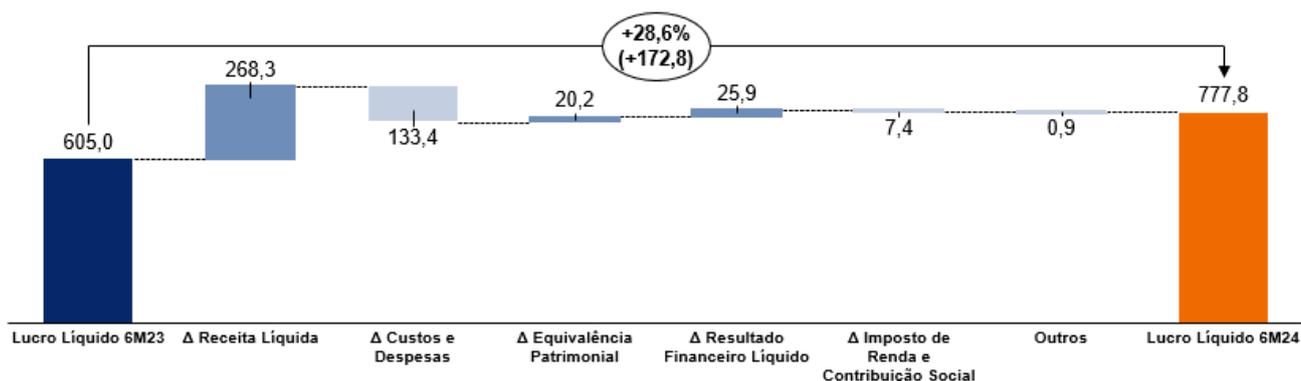
4.16. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 403,1 MM no 2T24, apresentando um aumento de 81,9% que o registrado no 2T23. No primeiro semestre de 2024, o Lucro Líquido IFRS fechou em R\$ 777,8 MM, 28,6% maior que o mesmo período de 2022.

Lucro Líquido IFRS – 2T24:



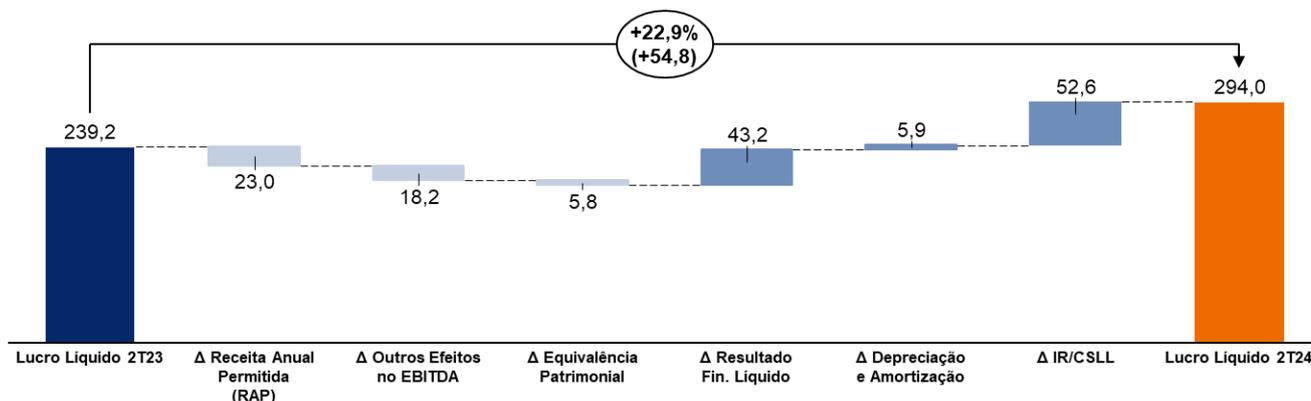
Lucro Líquido IFRS – 6M24*:



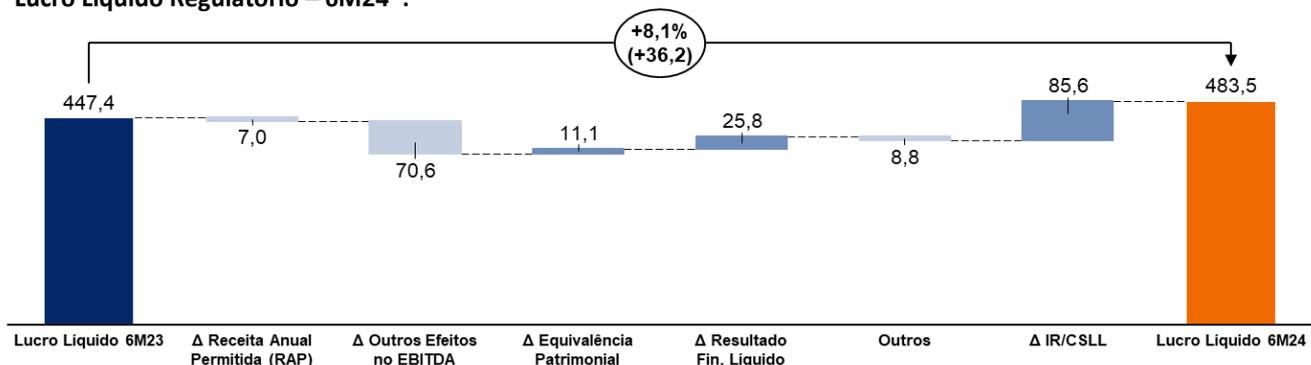
Resultados do 2º trimestre de 2024

Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 294,0 MM no 2T24, apresentando um aumento anual de 22,9%. Já no 6M24, o Lucro Líquido Regulatório fechou em R\$ 483,5 MM, 8,1% maior que o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido Regulatório – 2T24:



Lucro Líquido Regulatório – 6M24*:



* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2024. Vide página 2 deste Release de Resultados para maiores detalhes.



4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em Assembleia de Acionistas ocorrida no dia 29 de abril de 2024, os acionistas aprovaram a proposta da administração quanto à destinação dos resultados do exercício social de 2023, dos quais: (i) R\$ 1,4 MM compensados da reserva de incentivos fiscais; (ii) R\$ 232,9 MM destinados para reserva de lucros a realizar, referente à adoção do CPC 47; (iii) R\$ 746,0 MM em proventos já pagos entre 2023 e início de 2024, sendo R\$ 329,3 MM em dividendos intercalares e R\$ 416,7 MM em Juros sobre Capital Próprio (JCP); e (iv) R\$ 390,3 MM (R\$ 1,13 / Unit) em dividendos adicionais a serem pagos no dia 16 de maio de 2024 com base na posição acionária de 3 de maio de 2024. Com isso, o montante total de proventos distribuídos sobre o resultado de 2023 foi de R\$ 1,1 bilhão, registrando um payout de 83% sobre o lucro líquido societário (ou 100% do lucro líquido IFRS excluindo os efeitos do CPC 47) e de 104% do lucro líquido regulatório.

Em 8 de maio de 2024, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos com base no resultado levantado em 31 de março de 2024, no montante de R\$ 144,9 MM (R\$ 0,42 / Unit) a título de JCP. Este montante equivale a 75% do lucro líquido regulatório apurado no primeiro trimestre de 2024. O pagamento ocorreu no dia 27 de junho de 2024, a partir da data base de 13 de maio de 2024.

O Conselho de Administração aprovou hoje a distribuição de proventos com base no resultado levantado em 30 de junho de 2024, no montante de R\$ 223,3 MM (R\$ 0,65 / Unit), sendo R\$ 118,2 MM a título de JCP e R\$ 105,1 MM em dividendos intercalares. Este montante equivale a 75,9% do lucro líquido regulatório apurado no segundo trimestre de 2024. O pagamento ocorrerá no dia 27 de novembro de 2024, a partir da data base de 15 de agosto de 2024.

4.18. Endividamento

No 2T24, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 10.220,1 MM, 3,3% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.095,5 MM, registrando um aumento de 0,3% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 9.124,6 MM, 3,6% maior que o 1T24.

R\$ MM					
Dívida Líquida	2T24	% Dív Bruta	1T24	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	1.386,7	13,6%	1.327,1	13,4%	4,5%
Taxa Fixa	(1,3)	0,0%	0,0	0,0%	-5816,1%
CDI	376,0	3,7%	310,5	3,1%	21,1%
IPCA	1.009,8	9,9%	1.016,6	10,3%	-0,7%
IGP-M	2,3	0,0%	-	0,0%	0,0%
Longo Prazo	8.833,4	86,4%	8.569,4	86,6%	3,1%
Taxa Fixa	(3,8)	0,0%	3,5	0,0%	-209,5%
CDI	2.882,3	28,2%	2.960,7	29,9%	-2,6%
IPCA	5.657,4	55,4%	5.605,2	56,6%	0,9%
IGP-M	297,5	2,9%	-	0,0%	0,0%
Endividamento Total	10.220,1	100,0%	9.896,5	100,0%	3,3%
(-) Caixa e Aplicações*	(1.095,5)		(1.091,9)		0,3%
(=) Dívida Líquida	9.124,6		8.804,6		3,6%

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

No 2T24 a dívida bruta totalizou R\$ 10.220,1 MM e o caixa R\$ 1.095,5 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 9.124,6 MM, um aumento de 3,6% em relação ao trimestre anterior.

O Caixa e Aplicações ficou praticamente em linha no trimestre, explicado principalmente pelo pagamento no valor de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão em juros e amortização referente a 3ª, 6ª, 10ª e 12ª emissões de debêntures da Taesa, R\$ 364 MM em Capex e R\$ 535,2 MM em pagamento de proventos. Esses efeitos foram compensados pela captação da 15ª emissão de debêntures no valor de R\$ 1,3 bilhão em abril de 2024, pela geração de caixa operacional e recebimento de dividendos das empresas participadas.

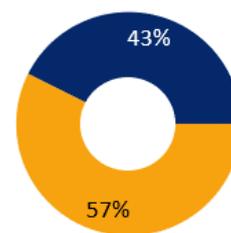
Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 12.622,6 MM e o caixa de R\$ 1.516,5 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 1.258,9 MM e caixa/aplicações de R\$ 285,8 MM; (ii) caixa/aplicações da ETAU de R\$ 9,9 MM; e (iii) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 1.143,6 MM e caixa/aplicações de R\$ 125,3 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 4,0x no 2T24, acima do valor registrado no 1T24 (3,8x). Para efeito de cálculo da alavancagem o EBITDA de 12 meses considera o valor recebido da RAP provisória dos reforços até 30 de junho de 2024 (mais detalhes na página 2).

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	10.220,1	1.095,5	9.124,6
ETAU (75,6%)	0,0	9,9	-9,9
TBE (49,99%)	1.258,9	285,8	973,1
AIE (50%)	1.143,6	125,3	1.018,4
TOTAL	12.622,6	1.516,5	11.106,1

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



■ Dívida Líquida ■ Patrimônio Líquido

Resultados do 2º trimestre de 2024

A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3º Debêntures	IPCA	344.580	12.113	IPCA + 5,10%	AAA(bra)	Out/2024	Anual	1
	4º Debêntures	IPCA	182.153	6.218	IPCA + 4,41%	AAA(bra)	Set/2024	Anual	1
	5º Debêntures	IPCA	722.757	40.786	IPCA + 5,9526%	AAA.br	Jul/2025	Anual	1
	6º Debêntures	CDI	442.769	11.247	108% CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6º Debêntures	IPCA	270.334	1.894	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Semestral	2
	7º Debêntures	IPCA	653.619	153.319	IPCA + 4,50%	AAA.br	Set/2044	Semestral	2
	8º Debêntures	IPCA	378.638	728	IPCA + 4,7742%	AAA.br	Dez/2044	Semestral	2
	10º Debêntures	CDI	646.272	9.326	CDI + 1,70%	AAA(bra)	Mai/2028	Bullet	1
	10º Debêntures	IPCA	117.987	721	IPCA + 4,7605%	AAA(bra)	Mai/2036	Anual	1
	11º Debêntures	CDI	74.558	3.990	CDI + 1,18%	AAA(bra)	Mai/2025	Semestral	2
	11º Debêntures	CDI	649.558	35.128	CDI + 1,36%	AAA(bra)	Mai/2027	Semestral	2
	12º Debêntures	IPCA	674.703	7.773	IPCA + 5,60%	AAA.br	Abr/2029	Bullet	1
	12º Debêntures	IPCA	314.630	3.799	IPCA + 5,75% a.a.	AAA.br	Abr/2032	Anual	1
	12º Debêntures	IPCA	334.681	4.100	IPCA + 5,85%	AAA.br	Abr/2037	Anual	1
	14º Debêntures	IPCA	327.906	5.593	IPCA + 5,8741%	AAA(bra)	Set/2033	Bullet	1
	14º Debêntures	IPCA	77.267	1.518	IPCA + 6,0653%	AAA(bra)	Set/2035	Bullet	1
	14º Debêntures	IPCA	388.154	7.019	IPCA + 6,2709%	AAA(bra)	Set/2038	Anual	1
	15º Debêntures	CDI	992.340	20.363	CDI + 1,70%	AAA(bra)	Mai/2028	Bullet	1
	15º Debêntures	IGP-M	296.420	3.307	IGP-M + 5,8438%	AAA(bra)	Mai/2034	Anual	1
	SWAP - Citibank	CDI	372.695	0	CDI + 0,65% a.a.	-	Set/2025	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	IPCA	128.457	0	IPCA + 3,995% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	128.464	0	IPCA + 3,99% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	64.292	0	IPCA + 3,94% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	IPCA	64.220	0	IPCA + 3,91% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1	
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	63.929	0	IPCA + 3,66% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1	
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	63.818	0	IPCA + 3,59% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1	
Non-Deliverable Forward (NDF)	-	-5.088	0	-	-	Abr/2026	Bullet	1	
Patesa	FINAME	pré-fix	9	0	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12
Janaúba	1ª Debêntures	IPCA	242.546	5.040	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Semestral	2
	2ª Debêntures	IPCA	823.442	1.592	IPCA + 4,8295% a.a.	-	Dez/2044	Anual	1
Lagoa Nova	Financiamento BNB	IPCA	46.361	2.049	IPCA + 2,109% a.a.	-	Mai/2038	Mensal	12
EATE	8º Debêntures	CDI	134.945	6.859	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	9º Debêntures	CDI	99.865	2.719	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	10º Debêntures	CDI	54.792	978	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5º ano	1
	11º Debêntures	CDI	154.421	9.656	CDI + 1,65%	-	Dez/2028	3, 4 e 5º ano	1
EBTE	2º Debêntures	CDI	37.191	1.013	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	3º Debêntures	CDI	33.379	596	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5º ano	1
EDTE	2º Debêntures	IPCA	142.679	52.700	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	5º Debêntures	CDI	9.545	485	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	10.999	106	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/2025	Mensal	12
	6º Debêntures	CDI	9.532	260	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	7º Debêntures	CDI	11.411	204	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5º ano	1
ENTE	4º Debêntures	CDI	24.992	1.270	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	25.475	246	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/2025	Mensal	12
	5º Debêntures	CDI	14.923	267	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5º ano	1
	6º Debêntures	CDI	24.879	1.558	CDI + 1,65%	-	Dez/2028	3, 4 e 5º ano	1
ETEP	CBB Santander	CDI	22.925	222	TJLP + 2,08%	-	Abr/2027	Mensal	12
	4º Debêntures	CDI	24.956	680	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	5º Debêntures	CDI	17.414	311	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5º ano	1
ESTE	1ª Debêntures	IPCA	292.063	1.643	IPCA + 4,5% a.a.	-	Dez/2044	Semestral	2
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	886	4	10% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	258	21	9,5% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	1.212	78	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	3º Debentures	CDI	26.961	734	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	BDMG	pré-fix	537	43	6,5% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
IVAÍ	1ª Debêntures	IPCA	1.143.646	0	IPCA + 4,9982% a.a.	-	Dez/2043	Semestral	2
Total			12.202.357	420.277					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.



4.19. Investimentos em Empreendimentos de Grande Porte

No 6M24, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de aproximadamente R\$ 363,9 MM contra R\$ 1,3 bilhão investidos no 6M23, referentes aos empreendimentos em construção. A redução de cerca de R\$ 952,2 MM entre os períodos comparados se deve principalmente à indenização paga na assinatura do contrato de Saira no 1T23 e aos menores investimentos em Ivaí e Sant'Ana em função da conclusão das obras nestes empreendimentos. Estes investimentos foram compensados, em parte, por maiores investimentos em Ananaí, Pitiguari, Tangará e nos reforços da Novatrans e TSN.

Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

R\$ MM	Custo de Implementação (Capex)										6M24	TOTAL
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023			
Mariana	4,8	21,2	38,1	22,8	55,1	34,6	-	-	-	-	-	179,1
Miracema	-	1,2	41,7	115,0	110,7	-	-	-	-	-	-	268,6
Janaúba	-	-	10,2	30,7	116,1	655,1	162,1	-	-	-	-	974,2
Aimorés	-	-	3,9	3,6	65,9	82,0	15,8	37,4	-	-	-	208,6
Paraguaçu	-	-	5,8	4,6	110,8	109,0	40,5	92,7	-	-	-	363,4
Ivaí	-	-	8,7	12,7	46,2	379,1	348,5	131,2	248,1	-	-	1.174,5
ESTE	-	-	0,9	4,5	6,2	122,5	140,8	28,5	-	-	-	303,4
EDTE	-	-	-	14,6	175,2	1,8	-	-	-	-	-	191,6
Sant'Ana	-	-	-	-	32,2	151,0	268,3	118,4	124,3	-	-	694,2
Ananaí	-	-	-	-	-	-	-	106,9	581,1	185,8	-	873,8
Pitiguari	-	-	-	-	-	-	-	3,8	27,6	53,8	-	85,3
Tangará	-	-	-	-	-	-	-	-	78,1	37,7	-	115,8
Saira ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	927,9	35,8	-	963,7
Novatrans ²	-	-	-	-	-	-	-	-	46,1	33,5	-	79,5
TSN ³	-	-	-	-	-	-	-	-	17,7	14,5	-	32,2
São Pedro ⁴	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	1,9	-	2,0
ATE ⁵	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3	1,0	-	2,3
Total	4,8	22,4	109,2	208,7	718,3	1.535,2	975,9	519,0	2.052,4	363,9	-	6.512,3

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia. Os valores apresentados de reforços (Novatrans, TSN, São Pedro e ATE) em 2023 são majoritariamente referentes às REAs destacadas neste documento, mas podem considerar reforços de menor porte que não foram mencionados aqui. (1) O valor de 2023 inclui o pagamento da indenização de R\$ 870,6 MM à concessionária anterior. Como a indenização está atrelada à parte do empreendimento que já se encontra em operação, a Companhia tratou a transação como uma aquisição de ativo de contrato de concessão, registrando em seu ativo exatamente o valor desembolsado, portanto, não afetando a demonstração de resultado em IFRS do trimestre. (2) Os valores de Novatrans são principalmente referentes aos reforços autorizados através das Resoluções Autorizativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022. (3) O valor da TSN é principalmente referente ao reforço autorizado através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 13.194/2022. (4) O valor de São Pedro é principalmente referente ao reforço autorizado através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.027/2024. (5) O valor da ATE é principalmente referente ao reforço autorizado através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023.



4.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente quatro empreendimentos em construção com um investimento total ANEEL de R\$ 4,3 bilhões e uma RAP de R\$ 486,3 MM (ciclo RAP 2024-2025) – uma parte dessa RAP já em operação (Saíra) – e reforços relevantes nas concessões Novatrans, TSN, São Pedro, ATE e ATE III com um Capex total ANEEL de R\$ 531,4 MM e uma RAP de R\$ 89,0 MM (já adicionada de PIS/COFINS).

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2024-25) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 002/2021 Dez/21	Ananai (Lote 1)	363 km / São Paulo e Paraná	100% Taesa	172,8	1.750	mar/22	mar/27	Em andamento
Leilão 001/2022 Jun/22	Pitiguari (Lote 10)	93 km / Santa Catarina	100% Taesa	22,2	243	set/22	mar/27	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Tangará (Lote 3)	279 km / Maranhão e Pará	100% Taesa	109,3	1.117	mar/23	mar/28	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Saíra (Lote 5)	743 km / Rio Grande do Sul e Santa Catarina	100% Taesa	182,0	1.175	mar/23	mar/28	Em andamento (~72% de RAP habilitada)
REA nº 12.850/2022 REA nº 12.823/2022	Novatrans	1.278 km / Maranhão, Tocantins e Goiás	100% Taesa	11,9 30,9	73,3 189,3	out/22	abr/25 mai/25	Em andamento
REA nº 13.194/2022	TSN	1.139 km / Bahia e Goiás	100% Taesa	10,6	70,7	jul/22	jan/25	Em andamento
REA nº 15.027/2024 Despacho nº 677/2024	São Pedro	418 km / Piauí e Bahia	100% Taesa	6,5 5,3	40,9 34,6	abri/23 mar/24	nov/25 set/26	Em andamento
REA nº 14.819/2023	ATE	370 km / São Paulo e Paraná	100% Taesa	17,5	80,9	ago/23	abr/26	Em andamento
REA nº 15.196/2024	ATE III	454 km / Pará e Tocantins	100% Taesa	6,3	41,8	mar/24	mar/26	Em andamento
TOTAL		8.067 km		R\$ 575,3 MM	R\$ 4.816			

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima consideram PIS/COFINS.

Status dos Projetos

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios (i) em novembro de 2022, para o corredor de 525kV para as linhas de transmissão LT Foz do Iguaçu – Guaíra (circuito duplo), Módulos Gerais 525 kV das SE Foz do Iguaçu e SE Guaíra, Bancos de Reatores 525 kV da SE Guaíra, e (ii) em maio de 2023, para os Bancos de Transformadores 525/230 kV da SE Guaíra. Emissão dos TLDs para esses trechos em maio de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525 kV para as linhas de transmissão LT 525 kV Guaíra – Sarandi (circuito duplo) em novembro de 2022, com emissão de TLD em dezembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525kV dos Bancos de Reatores da SE Guaíra em novembro de 2022, com emissão de TLD em janeiro de 2023.



- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para início da operação comercial do Banco de Capacitores 138kV-30 Mvar da SE Paranavaí Norte, o Módulo Geral 230 kV da SE Paranavaí Norte com interligações, Bancos de Transformadores 230/138 kV da SE Paranavaí Norte, LT 230 kV Sarandi – Paranavaí Norte (circuito duplo) e entradas de linha 138 kV Paranavaí e a LT 230 kV Sarandi-Paranavaí Norte (circuito duplo) em janeiro de 2023, com emissão de TLD em abril de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios e TLD para LT 525 kV Sarandi – Londrina C1 em novembro de 2022. Emissão dos Termos de Liberação provisórios para LT 525 kV Sarandi – Londrina C2 em novembro de 2022. Emissão de TLD para o Módulo Geral 525 kV da SE Londrina em novembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o Módulo Geral 525 kV da SE Sarandi, os Bancos de Reatores 525 kV SE Sarandi, e os Bancos de Transformadores 525/230 kV SE Sarandi em novembro de 2022. Emissão dos TLDs para estes trechos em agosto de 2023.
- Atendimento de requisitos para fins de liberação de garantia no processo de debêntures emitidas.
- Emissão do TLD LT 525 kV Sarandi – Londrina C2 em março de 2023.
- Avanço físico: 100% em 31 de março de 2024.
- Entrada em operação comercial total em março de 2024.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em abril de 2020.
- Emitida última Licença de Instalação para a linha de transmissão LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3 e para a ampliação das subestações existentes associadas em novembro de 2020.
- Termos de Liberação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 e LT Livramento 3 – Cerro Chato e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3 emitidas em 1º de abril de 2022, retroativo a 28 de março de 2022.
- Termos de Liberação para a linha de transmissão LT Livramento 3 – Maçambará 3, para subestação SE Maçambará 3 e Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C1 emitido em 7 de dezembro de 2022, retroativo a 30 de novembro de 2022.
- Energização do trecho de LT Livramento 3 – Santa Maria 3 e SE Santa Maria 3 em 2 de maio de 2023.
- Energização do Compensador Síncrono da SE Livramento 3 em 18 de maio de 2023.
- Energização do Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C2 em 25 de agosto de 2023.
- Empreendimento incorporado na TAESA em 29 de dezembro de 2023.
- Avanço físico: 100% em 31 de março de 2024.
- Entrada em operação comercial em dezembro de 2023.
- Nota: O empreendimento atualmente recebe 93% de sua RAP, uma vez que existem pendências técnicas que estão sendo conciliadas junto a ANEEL e uma vez que sanadas Sant'Ana passará a receber 100% da sua RAP.

Ananai

- Constituição da empresa Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2021 para construir e operar o Lote 1 do Leilão 002/2021.



- Assinatura do contrato de concessão em 31 de março de 2022.
- Licença Prévia (LP) para o trecho da LT Bateias – Curitiba Leste emitida em agosto de 2023 e para o trecho da LT Ponta Grossa – Assis emitida em setembro de 2023.
- Licença de Instalação (LI) para o trecho da LT Bateias – Curitiba Leste emitida em junho de 2024
- Avanço físico: 31,9% em 30 de junho de 2024.

Pitiguari

- Constituição da empresa Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. em junho de 2022 para construir e operar o Lote 10 do Leilão 001/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de setembro de 2022.
- Licença Prévia (LP) para os trechos LT Abdon Batista – Videira e LT Abdon Batista – Barra Grande emitida em agosto de 2023.
- Licença de Instalação (LI) para os trechos LT Abdon Batista – Videira (C1/C2) e LT Abdon Batista – Barra Grande (C3), incluindo as obras de ampliação das subestações SE Barra Grande, SE Abdon Batista e SE Videira, emitida em fevereiro de 2024.
- Avanço físico: 53,6% em 30 de junho de 2024.

Tangará

- Constituição da empresa Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2022 para construir e operar o Lote 3 do Leilão 002/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Licença Prévia para Subestação Santa Luzia III emitida em dezembro de 2023 e para LT Açailândia – Dom Eliseu II e para LT Encruzo Novo – Santa Luzia III em janeiro de 2024.
- Licença Ambiental Unificada para a SE Encruzo Novo em janeiro de 2024.
- Licença Prévia para o seccionamento da LT Açailândia – Miranda II em fevereiro de 2024
- Licença de Instalação para a subestação SE Santa Luzia III em fevereiro de 2024
- Licença de Instalação para a SE Açailândia, SE Dom Eliseu II e LT Encruzo Novo – Santa Luzia III em junho de 2024
- Avanço físico: 28,9% em 30 de junho de 2024.

Saíra

- Constituição da empresa Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. para operar e realizar revitalizações do Lote 5 do Leilão 002/2022, conforme previsto no contrato.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Operação das instalações Garabi I e II e Linhas de Transmissão LT Santo Ângelo – Itá, LT Garabi 2 – Santo Ângelo, e LT Garabi 1 – Fronteira com RAP habilitada (1ª fase) em operação em 31 de março de 2023.
- Empreendimento incorporado na TAESA em 29 de dezembro de 2023.
- Revitalizações (2ª fase) - Avanço físico: 45,0% em junho de 2024.

Reforços Novatrans

- Obtenção das Resoluções Autoritativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022, em outubro de 2022, para implantar reforços nas instalações de Novatrans relativo à substituição do banco de capacitores na SE Imperatriz e na SE Colinas.
- Avanço físico: 34,3% em 30 de junho de 2024.

Reforços TSN

- Obtenção da Resolução Autoritativa ANEEL (REA) nº13.194/2022, em novembro de 2022, para implantar reforço na concessão TSN relativo à instalação de banco de autotransformador na SE Bom Jesus da Lapa II.



- Avanço físico: 27,2% em 30 de junho de 2024.

Reforços São Pedro

- Obtenção da Resolução Autoritativa ANEEL (REA) nº 15.027/2024, em janeiro de 2024, para implantar reforço na concessão São Pedro relativo à instalação de seccionamento e módulos na SE Barreiras.
- Obtenção de Despacho ANEEL nº 677/2024, em março de 2024, para implantar reforço relativo à instalação de autotransformador na SE Rio Grande II.
- Avanço físico (REA nº 15.027/2024): 8,4% em 30 de junho de 2024.

Reforços ATE

- Obtenção da Resolução Autoritativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023, em agosto de 2023, para implantar reforço na concessão ATE relativo à instalação de banco de autotransformador na SE Assis.

Reforços ATE III

- Obtenção da Resolução Autoritativa ANEEL (REA) nº 15.196/2024, em março de 2024, para implantar reforço na concessão ATE III relativo à instalação de banco de reator na SE Itacaiúnas.



4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)

A Taesa nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, assim como em seus processos administrativos e de gestão do negócio, considera o tema Sustentabilidade um importante valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura organizacional, a fim de manter a segurança e confiabilidade de seus processos, bem como a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia atua em diversas frentes e ações voltadas para o tema socioambiental e de governança, dando publicidade as mesmas em seu relatório de sustentabilidade, que é uma publicação que atende aos requisitos da Aneel e também à demanda de diversas partes interessadas. Buscando sempre a melhoria contínua de seus processos, a Companhia identificou oportunidade de avançar na estratégia de comunicação de suas ações relacionadas aos temas ASG e buscar novas e melhores práticas do mercado.

Nos últimos anos, as ações de destaque foram:

- Elaboração do relatório de sustentabilidade com base nas diretrizes do GRI e dos ODS do Pacto Global ONU
- Realização do Processo de Materialidade e definição dos Tópicos Materiais a partir das premissas da GRI
- Elaboração do terceiro Inventário de Emissões de GEE conforme metodologia GHG Protocol
- Consolidação do Programa de Diversidade por meio da criação e manutenção da Norma de Diversidade & Inclusão e Grupo de Trabalho.
- Adesão aos Sete Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU Mulheres e associação ao Movimento +Mulher 360
- Adesão ao “Movimento Raça é Prioridade”
- Disponibilização de painel de indicadores ASG no site de Relações com Investidores
- Manter-se signatária do Pacto Global da ONU comprometido com à Agenda 2030 (ODS)
- Emissão de 8 debêntures verdes no volume total de R\$ 4,0 bilhões
- Certificação *Great Place to Work* 2022-2023 pelo 5º ano consecutivo
- 4º lugar no Destaque GPTW Energia de 2023- Segmento Geração, Distribuição e Transmissão.
- Adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Instituto Ethos
- Adesão ao Movimento Transparência 100% da Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas
- Planejamento estratégico de longo prazo da Taesa
- Programa Segurança 100%
- Listagem na B3 da TAESA nos índices ICO2 e IGPTW demonstrando o comprometimento no combate a mudanças climáticas e na busca por melhores condições e práticas no ambiente de trabalho
- Criação do Sistema de Gestão Integrado da Taesa (SGIT)
- Certificação concomitante das normas ISOs 9001 (Gestão da Qualidade), 14001 (Gestão Ambiental), 45001 (Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional), e 55001 (Gestão de Ativos)

No início de 2021, foi criado o programa de Diversidade e Inclusão composto inicialmente por um plano de 18 ações segregadas em torno de 100 atividades com o objetivo de valorizar, promover e adotar a diversidade e a inclusão. O Programa está dividido em 5 pilares: Empoderamento Feminino, 50+, LGBTQIAP+, PcDs e Raça & Etnia.

Em 2023, o programa promoveu diversas ações e a seguir, elencamos algumas delas:



- Comitê de Diversidade
- Grupos de Afinidade
- Fóruns de Empoderamento Feminino
- Curso de formação de eletricistas para mulheres
- Palestras e games sobre os temas de diversidade
- Curso preparatório para o mercado de trabalho para PcDs
- Livro sobre Diversidade e Inclusão
- Programa de Mentoria 50+
- Programa de Aposentadoria Humanizada
- Curso de LIBRAS para todos os colaboradores

No 1º semestre de 2024 o programa segue com diversas ações, entre elas:

- Disponibilização do Cordão Girassol aos nossos colaboradores PcD's, como uma forma de facilitar a identificação das deficiências ocultas conforme prevê a Lei nº 14.624.
- Programa de Mentoria de Liderança Feminina
- Divulgação de vagas afirmativas para mulheres
- Mês junho colorido, dedicado as ações do movimento LGBTQIAP+
- Conclusão da 4ª edição da Formação de Eletricistas Mulheres
- Participação de colaboradores no programa de Aposentadoria Humanizada. Alcance de 3 das 5 metas previstas para conclusão em 2030 do Movimento Transparência 100%, sendo elas: (i) 100% de transparência da estrutura da Compliance e Governança, (ii) 100% de transparência sobre canas de denúncia, e (iii) 100% de transparência das interações com a Administração Pública.
- Doação de materiais para o Projeto Floresta Viva Maranhão.
- Revitalização do Instituto Thereza Tosta através do programa de liderança interno.
- Restauração de estação ferroviária em Teresina (PI), reafirmando o compromisso com o meio ambiente e as comunidades locais.
- Instalação de um viveiro de mudas na regional de Assis (SP).
- Ações do Projeto Pitiguari nas comunidades locais através da iniciativa "Multiplicadores da Comunidade e estabelecimento de parcerias com as Associações dos Produtores Rurais.

Para mais informações, acesse o website de RI e o Relatório de Sustentabilidade da Taesa (2023):

<https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/visao-geral/#relatorio>

O painel de indicadores ASG está disponível no website de RI:

<https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/indicadores-asg/>

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

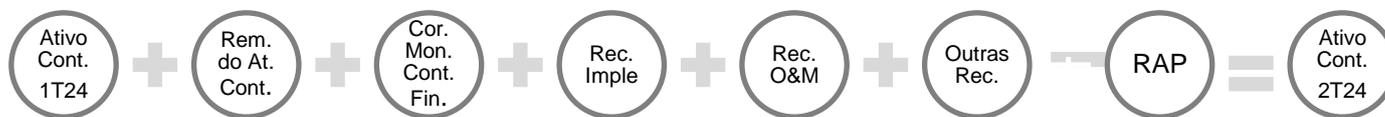
5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do ativo pela Taxa do Projeto. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Implementação de Infraestrutura** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

Receita IFRS							2T24
R\$ MM							
Concessão	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	Outras Receitas Operacionais	PV	
NOVATRANS	48,6	7,8	32,1	48,3	0,0	(0,5)	
TSN	17,8	4,0	13,5	91,4	0,0	(0,8)	
MUNIRAH	1,4	0,3	1,0	6,1	-	-	
GTESA	0,7	0,2	0,0	0,9	2,2	(0,0)	
PATESA	2,2	0,7	(0,4)	2,5	0,0	(0,2)	
ETEO	9,4	2,6	0,5	18,3	0,0	(0,0)	
NTE	13,0	2,5	0,5	14,9	0,0	(0,0)	
STE	7,7	2,1	0,0	5,9	(0,0)	-	
ATE	13,3	3,9	1,7	11,4	0,0	-	
ATE II	16,1	5,1	0,9	25,7	0,0	(0,5)	
ATE III	7,4	3,8	0,4	12,6	0,0	(0,1)	
ETAU	1,9	0,9	-	3,7	2,1	(0,0)	
BRASNORTE	6,3	2,2	-	0,8	0,8	-	
SÃO GOTARDO	1,0	0,7	-	0,3	0,0	-	
SÃO JOÃO	10,3	6,4	-	2,4	(0,0)	(0,0)	
SÃO PEDRO	11,4	6,6	1,3	1,9	2,2	(0,3)	
LAGOA NOVA	3,3	1,5	-	0,5	0,0	-	
MARIANA	3,8	2,5	-	0,5	(0,0)	(0,0)	
MIRACEMA	16,0	7,1	-	5,2	0,7	(0,0)	
JANAÚBA	55,2	23,4	-	6,4	(0,0)	0,4	
SANT'ANA	17,7	7,8	-	1,9	(0,6)	(4,6)	
ANANAÍ	-	-	159,0	-	-	-	
PITIGUARI	-	-	58,8	-	-	-	
SAÍRA	22,8	9,3	37,9	9,4	(0,0)	(0,1)	
TANGARÁ	-	-	34,2	-	-	-	
AIMORÉS	9,9	5,1	-	2,1	0,0	-	
PARAGUAÇÚ	15,3	8,1	-	2,5	(0,0)	-	
IVAÍ	38,3	17,6	(0,0)	5,4	-	-	
EATE	14,5	7,5	-	8,2	0,1	(0,2)	
EBTE	4,7	14,4	-	3,3	1,0	(0,0)	
ECTE	1,1	0,5	-	0,6	0,0	-	
EDTE	9,4	4,3	-	1,5	-	-	
ENTE	8,2	3,9	-	4,2	0,0	(0,2)	
ERTE	1,5	0,8	-	1,5	(2,2)	-	
ESDE	1,2	0,7	-	0,4	0,2	(0,1)	
ESTE	13,8	7,1	-	3,2	0,2	-	
ETEP	3,0	1,3	-	2,6	0,1	(0,0)	
ETSE	1,0	0,6	-	0,2	0,1	-	
LUMITRANS	0,7	0,4	-	0,6	0,0	-	
STC	0,9	0,6	-	0,9	1,2	(0,0)	
TRANSIRAPE	1,8	5,4	-	0,9	2,0	-	
TRANSLESTE	2,6	0,7	-	0,7	(0,0)	-	
TRANSUDESTE	1,4	0,5	-	0,6	-	-	
Total	416,8	180,9	341,4	310,5	9,9	(7,3)	

5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



Concessão	Taxa Anual*	Ativo Contratual 1T24**	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo Contratual	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	Outras Receitas Operacionais	RAP	Ativo Contratual 2T24
NOVATRANS	10%	1.382,7	48,6	7,8	32,1	48,3	0,0	(118,5)	1.401,1
TSN	11%	747,5	17,8	4,0	13,5	91,4	0,0	(120,0)	754,2
MUNIRAH	12%	60,5	1,4	0,3	1,0	6,1	-	(7,9)	61,4
GTESA	11%	28,3	0,7	0,2	0,0	0,9	2,2	(4,4)	28,0
PATESA	8%	119,2	2,2	0,7	(0,4)	2,5	0,0	(6,6)	117,7
ETEO	10%	380,1	9,4	2,6	0,5	18,3	0,0	(38,2)	372,6
NTE	15%	376,2	13,0	2,5	0,5	14,9	0,0	(33,4)	373,8
STE	10%	310,5	7,7	2,1	0,0	5,9	(0,0)	(18,4)	307,7
ATE	10%	585,6	13,3	3,9	1,7	11,4	0,0	(32,3)	583,6
ATE II	9%	799,7	16,1	5,1	0,9	25,7	0,0	(50,6)	796,9
ATE III ¹³	7%	451,5	7,4	3,8	0,4	12,6	0,0	(23,8)	451,8
ETAU ³	18%	146,2	1,9	0,9	-	3,7	2,1	(10,4)	144,3
BRASNORTE ³	6%	235,8	6,3	2,2	-	0,8	0,8	(9,3)	236,7
SÃO GOTARDO ¹	5%	74,5	1,0	0,7	-	0,3	0,0	(1,8)	74,7
SÃO JOÃO ¹³	6%	678,2	10,3	6,4	-	2,4	(0,0)	(16,2)	681,1
SÃO PEDRO ¹³	6%	698,8	11,4	6,6	1,3	1,9	2,2	(18,8)	703,3
LAGOA NOVA ¹³	9%	148,4	3,3	1,5	-	0,5	0,0	(4,2)	149,5
MARIANA ¹³	6%	265,7	3,8	2,5	-	0,5	(0,0)	(5,3)	267,1
MIRACEMA ¹³	9%	713,8	16,0	7,1	-	5,2	0,7	(23,8)	718,9
JANAÚBA ¹³	10%	2.366,0	55,2	23,4	-	6,4	(0,0)	(66,9)	2.384,1
SANT'ANA ¹³	9%	783,9	17,7	7,8	-	1,9	(0,6)	(19,19)	791,5
ANANA ²	7%	965,6	-	-	159,0	-	-	-	1.124,6
PITIGUARI ²	5%	50,8	-	-	58,8	-	-	-	109,6
SAÍRA ²	9%	998,9	22,8	9,3	37,9	9,4	(0,0)	(31,4)	1.047,0
TANGARÁ ²	5%	129,4	-	-	34,2	-	-	-	163,7
AIMORÉS ¹³⁴	8%	513,0	9,9	5,1	-	2,1	0,0	13,7	522,3
PARAGUAÇÚ ¹³⁴	8%	808,3	15,3	8,1	-	2,5	(0,0)	20,4	818,1
IVAÍ ¹²³⁴	8%	2.069,1	38,3	17,6	(0,0)	5,4	-	(50,1)	2.080,3
EATE ³	7%	919,9	14,5	7,5	-	8,2	0,1	(47,4)	902,8
EBTE ¹	4%	427,6	4,7	14,4	-	3,3	1,0	(13,1)	437,9
ECTE	6%	75,4	1,1	0,5	-	0,6	0,0	(3,9)	73,7
EDTE ¹³	9%	432,2	9,4	4,3	-	1,5	-	(12,0)	435,4
ENTE	6%	570,0	8,2	3,9	-	4,2	0,0	(24,4)	561,9
ERTE	5%	120,2	1,5	0,8	-	1,5	(2,2)	(3,4)	118,5
ESDE ¹	7%	73,9	1,2	0,7	-	0,4	0,2	(2,4)	74,1
ESTE ¹³	8%	708,3	13,8	7,1	-	3,2	0,2	(19,5)	713,0
ETEP	6%	197,4	3,0	1,3	-	2,6	0,1	(10,7)	193,7
ETSE ¹	6%	66,1	1,0	0,6	-	0,2	0,1	(1,8)	66,3
LUMITRANS	5%	60,1	0,7	0,4	-	0,6	0,0	(2,3)	59,5
STC ¹	5%	73,6	0,9	0,6	-	0,9	1,2	(3,7)	73,5
TRANSIRAPE ⁵	8%	110,9	1,8	5,4	-	0,9	2,0	(5,9)	115,1
TRANSESTE ⁵	10%	105,8	2,6	0,7	-	0,7	(0,0)	(4,8)	105,1
TRANSUDESTE ⁵	8%	72,3	1,4	0,5	-	0,6	-	(3,0)	71,9
Total		20.902,2	416,8	180,9	341,4	310,5	9,9	(835,6)	21.268,0

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

⁴ Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

⁵ Alteração no saldo do Ativo Contratual do 4T21 devido ao ajuste na metodologia do cálculo de inclusão da participação da EATE nas Transmineiras/TBE.

Resultados do 2º trimestre de 2024

5.3. DRE 2T24

DRE	IFRS			Regulatório		
	2T24	2T23*	Var.%	2T24	2T23*	Var.%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	651.044	673.995	-3,4%
Operação e manutenção	267.404	275.366	-2,9%	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	285.371	285.874	-0,2%	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	100.425	(21.566)	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	341.407	185.007	84,5%	-	-	-
Outras receitas operacionais	5.581	9.382	-40,5%	300	299	0,3%
Parcela variável	(6.793)	12.438	-	(6.793)	12.438	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	993.395	746.501	33,1%	644.550	686.732	-6,1%
PIS e COFINS	(56.110)	(39.326)	42,7%	(38.700)	(37.599)	2,9%
ISS	(88)	(116)	-23,6%	(88)	(116)	-23,6%
ICMS	-	(14)	-100,0%	-	(14)	-100,0%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26.091)	(24.542)	6,3%	(26.091)	(24.542)	6,3%
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(82.289)	(63.998)	28,6%	(64.879)	(62.271)	4,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	911.106	682.503	33,5%	579.671	624.461	-7,2%
Pessoal	(62.104)	(61.734)	0,6%	(62.104)	(61.734)	0,6%
Material	(299.067)	(172.750)	73,1%	(1.876)	(1.699)	10,4%
Serviços de terceiros	(27.039)	(32.996)	-18,1%	(27.039)	(32.996)	-18,1%
Outras despesas operacionais	(2.942)	(17.968)	-83,6%	(3.487)	(1.703)	104,7%
Custos e Despesas	(391.153)	(285.448)	37,0%	(94.506)	(98.133)	-3,7%
Depreciação e amortização	(5.295)	(3.788)	39,8%	(87.310)	(93.230)	-6,4%
Custos, Despesas e D&A	(396.448)	(289.236)	37,1%	(181.816)	(191.363)	-5,0%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	514.657	393.266	30,9%	397.855	433.098	-8,1%
Resultado de equivalência patrimonial	131.873	81.453	61,9%	97.620	103.407	-5,6%
Renda de aplicação financeira	30.321	36.669	-17,3%	30.321	36.669	-17,3%
Despesas financeiras	(233.235)	(282.845)	-17,5%	(233.181)	(282.762)	-17,5%
Empréstimos e financiamentos	(48.474)	17.211	-	(48.474)	17.211	-
- Juros incorridos	(7.824)	(6.806)	15,0%	(7.824)	(6.806)	15,0%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	(37.611)	18.690	-	(37.611)	18.690	-
- Ajuste ao valor justo	(3.039)	5.327	-	(3.039)	5.327	-
Instrumentos financeiros derivativos	60.296	(11.084)	-	60.296	(11.084)	-
- Juros incorridos	11.089	12.933	-14,3%	11.089	12.933	-14,3%
- Variação cambial	46.168	(18.690)	-	46.168	(18.690)	-
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	3.039	(5.327)	-	3.039	(5.327)	-
Debêntures	(237.232)	(277.010)	-14,4%	(237.232)	(277.010)	-14,4%
- Juros incorridos	(186.237)	(194.217)	-4,1%	(186.237)	(194.217)	-4,1%
- Variações monetárias	(50.996)	(82.793)	-38,4%	(50.996)	(82.793)	-38,4%
- Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(54)	(82)	-34,7%	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(7.771)	(11.879)	-34,6%	(7.771)	(11.879)	-34,6%
Resultado financeiro	(202.914)	(246.175)	-17,6%	(202.860)	(246.093)	-17,6%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	443.616	228.544	94,1%	292.614	290.411	0,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(40.477)	(6.905)	486,2%	1.415	(51.190)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	403.139	221.639	81,9%	294.030	239.221	22,9%
EBITDA	519.953	397.055	31,0%	485.165	526.328	-7,8%
Margem EBITDA	57,1%	58,2%	-1,1 pp	83,7%	84,3%	-0,6 pp

* Demonstrações de resultados reapresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2024. Vide página 2 deste Release de Resultados para maiores detalhes.

Resultados do 2º trimestre de 2024

5.4. DRE 6M24

	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	6M24*	6M23*	Var.%	6M24*	6M23*	Var.%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	1.310.570	1.317.547	-0,5%
Operação e manutenção	534.808	542.226	-1,4%	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	571.392	550.391	3,8%	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	235.328	114.528	105,5%	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	460.505	260.108	77,0%	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	19.644	16.855	16,5%	599	597	0,3%	-
Parcela variável	(26.689)	17.453	-	(26.689)	17.453	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.794.988	1.501.561	19,5%	1.284.480	1.335.597	-3,8%	
PIS e COFINS	(101.192)	(80.352)	25,9%	(75.743)	(72.707)	4,2%	-
ISS	(182)	(232)	-21,3%	(182)	(232)	-21,3%	-
ICMS	-	(17)	-100,0%	-	(17)	-100,0%	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(53.022)	(48.658)	9,0%	(53.022)	(48.658)	9,0%	-
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(154.397)	(129.260)	19,4%	(128.948)	(121.614)	6,0%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.640.592	1.372.302	19,6%	1.155.532	1.213.983	-4,8%	
Pessoal	(128.569)	(114.789)	12,0%	(128.569)	(114.789)	12,0%	-
Material	(380.665)	(246.640)	54,3%	(3.322)	(3.798)	-12,5%	-
Serviços de terceiros	(47.581)	(48.662)	-2,2%	(47.581)	(48.662)	-2,2%	-
Outras despesas operacionais	(7.493)	(20.823)	-64,0%	(14.038)	(7.150)	96,3%	-
Custos e Despesas	(564.308)	(430.915)	31,0%	(193.511)	(174.400)	11,0%	
Depreciação e amortização	(9.922)	(9.025)	9,9%	(175.623)	(166.825)	5,3%	-
Custos, Despesas e D&A	(574.231)	(439.939)	30,5%	(369.134)	(341.225)	8,2%	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.066.361	932.362	14,4%	786.398	872.758	-9,9%	
Resultado de equivalência patrimonial	289.099	268.862	7,5%	206.231	195.107	5,7%	-
Renda de aplicação financeira	55.340	70.452	-21,5%	55.340	70.452	-21,5%	-
Despesas financeiras	(560.220)	(601.238)	-6,8%	(560.106)	(601.045)	-6,8%	-
Empréstimos e financiamentos	(60.492)	19.740	-	(60.492)	19.740	-	-
- Juros incorridos	(15.013)	(13.607)	10,3%	(15.013)	(13.607)	10,3%	-
- Variações monetárias	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
- Variação cambial	(47.712)	25.151	-	(47.712)	25.151	-	-
- Ajuste ao valor justo	2.234	8.196	-72,7%	2.234	8.196	-72,7%	-
Instrumentos financeiros derivativos	53.458	(28.193)	-	53.458	(28.193)	-	-
- Juros incorridos	3.759	5.154	-27,1%	3.759	5.154	-27,1%	-
- Variação cambial	51.933	(25.151)	-	51.933	(25.151)	-	-
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(2.234)	(8.196)	-72,7%	(2.234)	(8.196)	-72,7%	-
Debêntures	(540.514)	(566.437)	-4,6%	(540.514)	(566.437)	-4,6%	-
- Juros incorridos	(369.820)	(365.869)	1,1%	(369.820)	(365.869)	1,1%	-
- Variações monetárias	(170.694)	(200.569)	-14,9%	(170.694)	(200.569)	-14,9%	-
- Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(114)	(193)	-40,9%	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(12.558)	(26.155)	-52,0%	(12.558)	(26.155)	-52,0%	-
Resultado financeiro	(504.880)	(530.786)	-4,9%	(504.766)	(530.593)	-4,9%	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	850.580	670.439	26,9%	487.863	537.272	-9,2%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(72.741)	(65.390)	11,2%	(4.317)	(89.900)	-95,2%	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	777.839	605.049	28,6%	483.546	447.372	8,1%	
EBITDA	1.076.283	941.387	14,3%	962.021	1.039.584	-7,5%	
Margem EBITDA	65,6%	68,6%	-3,0 pp	83,3%	85,6%	-2,4 pp	

* Demonstrações de resultados reapresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2024. Vide página 2 deste Release de Resultados para maiores detalhes.



5.5. DRE IFRS 2T24 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	3.692	29.420	2.112	2.466	5.439
Remuneração do ativo contratual de concessão	1.855	66.031	9.915	15.291	38.288
Correção monetária do ativo contratual de concessão	910	48.772	5.144	8.060	17.568
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	-	-	-	(0)
Outras receitas operacionais	2.052	2.539	0	(0)	-
Parcela variável	(2)	(498)	-	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	8.507	146.265	17.171	25.817	61.295
PIS e COFINS	(337)	(8.757)	(1.635)	(2.328)	(5.670)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(503)	(5.340)	(177)	(306)	(730)
Deduções da receita operacional bruta	(840)	(14.097)	(1.812)	(2.634)	(6.400)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7.667	132.168	15.359	23.184	54.895
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(885)	(8.517)	(357)	(626)	(222)
Material	(339)	(1.314)	(17)	(11)	(56)
Serviços de terceiros	(395)	(3.818)	(120)	(203)	(1.853)
Outras despesas operacionais	(61)	(477)	(32)	(42)	(289)
Custos e Despesas	(1.679)	(14.126)	(525)	(881)	(2.420)
Depreciação e amortização	(16)	(759)	(15)	(26)	(29)
Custos, Despesas e D&A	(1.695)	(14.885)	(541)	(908)	(2.448)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	5.972	117.283	14.819	22.276	52.447
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	553	6.484	341	649	4.607
Despesas financeiras	(11)	(34.579)	(44)	(37)	(28.009)
Resultado financeiro	542	(28.095)	298	612	(23.401)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	6.514	89.188	15.116	22.888	29.045
Imposto de Renda e Contribuição Social	(490)	(14.370)	(2.581)	(4.351)	(9.086)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.024	74.818	12.535	18.536	19.959
EBITDA	5.988	118.042	14.834	22.302	52.475
Margem EBITDA	78,1%	89,3%	96,6%	96,2%	95,6%



5.6. DRE IFRS 6M24 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	7.384	58.840	4.225	4.932	11.461
Remuneração do ativo contratual de concessão	3.749	132.691	19.955	30.269	76.175
Correção monetária do ativo contratual de concessão	1.253	84.518	16.007	20.803	51.828
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	-	-	-	(0)
Outras receitas operacionais	4.178	4.993	154	204	-
Parcela variável	(2)	(1.008)	506	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	16.562	280.035	40.846	56.209	139.465
PIS e COFINS	(626)	(17.106)	(3.645)	(5.170)	(12.900)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.006)	(10.690)	(360)	(613)	(1.468)
Deduções da receita operacional bruta	(1.632)	(27.796)	(4.005)	(5.783)	(14.369)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14.930	252.239	36.841	50.426	125.096
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(1.785)	(16.150)	(768)	(1.384)	(602)
Material	(348)	(2.844)	(23)	(13)	(41)
Serviços de terceiros	(762)	(6.239)	(279)	(397)	(3.566)
Outras despesas operacionais	(138)	(1.999)	(72)	(100)	(523)
Custos e despesas	(3.034)	(27.231)	(1.143)	(1.893)	(4.732)
Depreciação e amortização	(32)	(510)	(33)	(58)	(51)
Custos, Despesas e D&A	(3.065)	(27.741)	(1.175)	(1.951)	(4.783)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	11.865	224.498	35.666	48.475	120.313
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	1.161	12.368	589	1.077	8.314
Despesas financeiras	11	(73.639)	(77)	(106)	(64.387)
Resultado financeiro	1.171	(61.271)	512	978	(56.073)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	13.036	163.227	36.178	49.453	64.240
Imposto de Renda e Contribuição Social	15.962	(23.838)	(7.026)	(9.852)	(12.282)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	28.998	139.390	29.152	39.602	51.957
EBITDA	11.897	225.008	35.698	48.533	120.364
Margem EBITDA	79,7%	89,2%	96,9%	96,2%	96,2%



5.7. DRE Regulatório 2T24 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	10.363	158.196	13.690	20.433	50.110
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	(2)	(498)	-	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	10.361	157.698	13.690	20.433	50.110
PIS e COFINS	(411)	(8.355)	(1.323)	(1.844)	(4.635)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(503)	(5.340)	(177)	(306)	(730)
Deduções da receita operacional bruta	(914)	(13.695)	(1.499)	(2.150)	(5.366)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9.447	144.003	12.191	18.283	44.745
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(885)	(8.517)	(357)	(626)	(222)
Material	(10)	(340)	(17)	(11)	(8)
Serviços de terceiros	(395)	(3.818)	(120)	(203)	(1.853)
Outras despesas operacionais	(61)	(1.457)	(37)	(50)	(289)
Custos e Despesas	(1.350)	(14.131)	(531)	(890)	(2.372)
Depreciação e amortização	(897)	(14.184)	(1.359)	(2.308)	(7.406)
Custos, Despesas e D&A	(2.246)	(28.315)	(1.890)	(3.197)	(9.778)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	7.201	115.688	10.300	15.085	34.967
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	553	6.484	341	649	4.607
Despesas financeiras	(11)	(34.594)	(42)	(34)	(28.009)
Resultado financeiro	542	(28.109)	299	614	(23.401)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	7.743	87.579	10.600	15.700	11.566
Imposto de Renda e Contribuição Social	(548)	(14.488)	(1.045)	(1.907)	(3.932)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.195	73.091	9.554	13.793	7.634
EBITDA	8.097	129.872	11.659	17.393	42.373
Margem EBITDA	85,7%	90,2%	95,6%	95,1%	94,7%



5.8. DRE Regulatório 6M24 (Subsidiárias)

DRE Regulatório

R\$ mil	ETAU	TBE	Aímorés	Paraguçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	20.800	316.350	27.533	41.069	100.988
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	(2)	(1.008)	506	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	20.798	315.343	28.039	41.069	100.988
PIS e COFINS	(792)	(16.684)	(2.675)	(3.660)	(9.341)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.006)	(10.690)	(360)	(613)	(1.468)
Deduções da receita operacional bruta	(1.799)	(27.374)	(3.035)	(4.273)	(10.810)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18.999	287.969	25.004	36.796	90.179
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(1.785)	(16.150)	(768)	(1.384)	(602)
Material	(16)	(644)	(23)	(13)	7
Serviços de terceiros	(762)	(6.239)	(279)	(397)	(3.566)
Outras despesas operacionais	(138)	(2.886)	(83)	(120)	(524)
Custos e despesas	(2.701)	(25.919)	(1.154)	(1.913)	(4.684)
Depreciação e amortização	(1.793)	(28.368)	(2.719)	(4.615)	(14.820)
Custos, Despesas e D&A	(4.494)	(54.287)	(3.873)	(6.528)	(19.504)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	14.505	233.681	21.131	30.268	70.674
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	1.161	12.368	589	1.077	8.314
Despesas financeiras	11	(73.553)	(73)	(92)	(64.387)
Resultado financeiro	1.171	(61.185)	516	985	(56.073)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	15.676	172.496	21.647	31.253	14.601
Imposto de Renda e Contribuição Social	15.831	(27.271)	(2.084)	(3.662)	(4.964)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	31.507	145.226	19.563	27.591	9.637
EBITDA	16,3	262.050	23.850	34.883	85.494
Margem EBITDA	85,8%	91,0%	95,4%	94,8%	94,8%



5.9. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

R\$ MM	2T24	2T23*	Var.%	6M24*	6M23*	Var.%
Lucro Líquido	403,1	221,6	81,9%	777,8	605,0	28,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	40,5	6,9	486,2%	72,7	65,4	11,2%
Despesas Financeiras Líquidas	202,9	246,2	-17,6%	504,9	530,8	-4,9%
Depreciação e Amortização	5,3	3,8	39,8%	9,9	9,0	9,9%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(131,9)	(81,5)	61,9%	(289,1)	(268,9)	7,5%
EBITDA	520,0	397,1	31,0%	1.076,3	941,4	14,3%
Margem EBITDA	57,1%	58,2%	-1,1 pp	65,6%	68,6%	-3,0 pp

Reconciliação EBITDA Regulatório

R\$ MM	2T24	2T23*	Var.%	6M24*	6M23*	Var.%
Lucro Líquido	294,0	239,2	22,9%	483,5	447,4	8,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1,4)	51,2	-102,8%	4,3	89,9	-95,2%
Despesas Financeiras Líquidas	202,9	246,1	-17,6%	504,8	530,6	-4,9%
Depreciação e Amortização	87,3	93,2	-6,4%	175,6	166,8	5,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(97,6)	(103,4)	-5,6%	(206,2)	(195,1)	5,7%
EBITDA	485,2	526,3	-7,8%	962,0	1.039,6	-7,5%
Margem EBITDA	83,7%	84,3%	-0,6 pp	83,3%	85,6%	-2,4 pp

* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2024. Vide página 2 deste Release de Resultados para maiores detalhes.

Reconciliação EBITDA IFRS x Regulatório

R\$ mil	2T24
EBITDA IFRS	777.839
(-) Correção monetária - IFRS 15 (CPC 47)	(409.737)
(-) Receita de construção - IFRS 15 (CPC 47)	(460.505)
(-) Receita financeira - IFRS 15 (CPC 47)	(834.232)
(-) Receita de O&M e outras	(650.225)
(+) Amortização do ativo de contrato	1.817.310
(+/-) PIS/COFINS diferidos	31.743
(+) CAPEX operacional	379.922
(+/-) Provisão - Contrato oneroso	-
(+/-) Outros efeitos societários	(7.465)
(-) Depreciação	(244.626)
(-/+) Equiv. Patrimonial	-
(-/+) Resultado financeiro	211
(+/-) IRPJ/CSLL diferidos	83.311
EBITDA Regulatório	483.546



5.10. Conciliação DRE IFRS x Regulatório

DRE 6M24 (em R\$ milhões)	IFRS				Conciliação IFRS x REG	REGULATÓRIO			
	Taesa consolidado	Participações	Eliminações	Taesa consolidado proforma		Taesa consolidado proforma	Taesa consolidado	Participações	Eliminações
RAP	(0)	0	-	0	1.817	1.817	1.311	507	-
Remuneração do ativo de contrato	571	263	-	834	(834)	-	-	-	-
Correção monetária do ativo de contrato	235	174	-	410	(410)	-	-	-	-
Operação e manutenção	535	87	-	622	(622)	-	-	-	-
Implementação de infraestrutura	461	(0)	-	461	(461)	-	-	-	-
Parcela variável	(27)	(1)	-	(27)	-	(27)	(27)	(1)	-
Outras receitas	20	10	-	29	(29)	1	1	-	-
Receita bruta	1.795,0	533	-	2.328	(537)	1.791	1.284	506	-
Deduções da receita bruta	(154)	(54)	-	(208)	32	(176)	(129)	(47)	-
Receita operacional líquida - ROL	1.641	480	-	2.120	(506)	1.614	1.156	459	-
Pessoal	(129)	(21)	-	(149)	-	(149)	(129)	(21)	-
Materiais	(381)	(3)	-	(384)	380	(4)	(3)	(1)	-
Serviço de terceiros	(48)	(11)	-	(59)	-	(59)	(48)	(11)	-
Outros	(7)	(3)	-	(10)	(7)	(18)	(14)	(4)	-
EBITDA	1.076	441	-	1.518	(133)	1.385	962	423	-
Margem EBITDA	65,6%	92,1%	n/a	71,6%	14,2%	85,8%	83,3%	92,1%	n/a
Depreciação e amortização	(10)	(1)	-	(11)	(245)	(255)	(176)	(80)	-
Resultado operacional	1.066	441	-	1.507	(378)	1.129	786	343	-
Resultado de equivalência patrimonial	289	-	(289)	-	-	-	206	-	(206)
Resultado financeiro	(505)	(115)	-	(620)	0	(619)	(505)	(115)	-
Resultado antes dos impostos - LAIR	851	326	(289)	888	(378)	510	488	228	(206)
Impostos e contribuições sociais	(73)	(37)	-	(110)	83	(26)	(4)	(22)	-
Lucro líquido	778	289	(289)	778	(294)	484	484	206	(206)



5.11. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

R\$ mil	2T24		2T24
	IFRS	Ajustes	Regulatório
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.083.447	-	1.083.447
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
Clientes	238.027	-	238.027
Ativo contratual de concessão	1.493.553	1.493.553	-
Impostos e contribuições sociais	309.736	-	309.736
Cauções e depósitos vinculados	11	-	11
Instrumentos financeiros derivativos	1.971	-	1.971
Dividendos e JCP a receber	85.319	-	85.319
Estoque	18.302	-	18.302
Outras contas a receber	51.633	-	51.633
Total do Ativo Circulante	3.281.999	1.493.553	1.788.446
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	12.070	-	12.070
Ativo contratual de concessão	12.206.285	12.206.285	-
Tributos Diferidos	-	-	-
Impostos e Contribuições Diferidos	-	(5.810)	5.810
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	3.628.220	2.360.324	1.267.896
Clientes	75.832	-	75.832
Depósitos judiciais	135.871	-	135.871
Instrumentos financeiros derivativos	29.623	-	29.623
Outras contas a receber	44.446	-	44.446
Imobilizado	227.263	(7.981.545)	8.208.808
Intangível	168.835	(422.049)	590.884
Direito de uso	1.664	1.664	-
Total do Ativo Não Circulante	16.530.109	6.158.869	10.371.240
Total do Ativo	19.812.108	7.652.422	12.159.686
Passivos			
Fornecedores	125.666	-	125.666
Impostos e contribuições sociais	29.020	-	29.020
Empréstimos e financiamentos	12.426	-	12.426
Debêntures	1.375.604	-	1.375.604
Passivo de arrendamento	1.467	1.467	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	90	-	90
Taxas regulamentares	39.275	-	39.275
Outras contas a pagar	124.779	5.957	118.822
Total do Passivo Circulante	1.708.327	7.424	1.700.903
Empréstimos e financiamentos	435.194	-	435.194
Debêntures	8.315.286	-	8.315.286
Passivo de arrendamento	577	577	-
Instrumentos financeiros derivativos	113.179	-	113.179
Impostos e contribuições diferidos	1.312.583	1.259.592	52.991
Tributos diferidos	739.317	755.029	(15.712)
Provisão para contingências	146.716	2.594	144.122
Provisão para desmobilização de ativos	33	33	-
Obrigações especiais	-	(40.085)	40.085
Fornecedores	1.570	-	1.570
Outras contas a pagar	271.095	-	271.095
Total do Passivo Não Circulante	11.335.550	1.977.740	9.357.810
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	3.067.535	-	3.067.535
Custos de transações com acionistas	(25.500)	-	(25.500)
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	2.690.847	-	2.690.847
Dividendos adicionais propostos	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(40.283)	-	(40.283)
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	(144.893)	-	(144.893)
Lucros (prejuízos) acumulados	(156.050)	5.368.736	(5.524.786)
Resultado do período	777.839	294.293	483.546
Atribuído a participação dos acionistas controladores	6.768.231	5.667.258	1.100.973
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	6.768.231	5.667.258	1.100.973
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	19.812.108	7.652.422	12.159.686



5.12. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa	
R\$ mil	6M24 IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	777.839
Resultado de equivalência patrimonial	(289.099)
Depreciação e amortização	9.336
Amortização de direito de uso	586
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	67
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(573)
Custo Implementação - provisão fornecedores	364.773
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ	60.492
Juros e variações monetárias sobre debêntures	540.514
Juros passivo de arrendamento	114
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	(53.458)
Imposto de renda e contribuição social correntes	28.207
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44.535
Tributos diferidos	23.627
Remuneração do ativo contratual de concessão	(571.392)
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(235.328)
Receita de Implementação de Infraestrutura	(460.505)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(2.699)
Despesa de atualização monetária de contingências	2.638
Provisão contrato oneroso	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	(390)
	239.284
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	13.373
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	756.717
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(18.890)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(954)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(411.352)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(11.804)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	38.862
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	148.811
	514.763
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	754.047
Imposto de renda e contribuição social pagos	(43.675)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	710.372
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	37
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(9.508)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(9.471)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captção de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(1.807)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(14.030)
Captção de debêntures	1.284.151
Pagamento de debêntures - principal	(1.095.686)
Pagamento de debêntures - juros	(334.922)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(9.424)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	12.225
Pagamento de passivo de arrendamento	(913)
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(763.169)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(923.575)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(222.674)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.306.121
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.083.447
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(222.674)



5.13. Fluxo de Caixa Regulatório

	6M24
R\$ mil	Regulatório
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	483.546
Resultado de equivalência patrimonial	(206.231)
Depreciação e amortização	175.623
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	67
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(573)
Custo Implementação - provisão fornecedores	-
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ	60.492
Juros e variações monetárias sobre debêntures	540.514
Juros passivo de arrendamento	-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	(53.458)
Imposto de renda e contribuição social correntes	28.207
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(23.890)
Tributos diferidos	(1.822)
Remuneração do ativo contratual de concessão	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(2.699)
Despesa de atualização monetária de contingências	2.638
Provisão contrato oneroso	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	(390)
	1.002.024
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	13.373
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(18.890)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(954)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(46.580)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(11.804)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	38.862
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	148.811
	122.818
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.124.842
Imposto de renda e contribuição social pagos	(43.675)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.081.167
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	37
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(381.216)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(381.179)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(1.807)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(14.030)
Captação de debêntures	1.284.151
Pagamento de debêntures - principal	(1.095.686)
Pagamento de debêntures - juros	(334.922)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(9.424)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	12.225
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(763.169)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(922.662)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(222.674)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.306.121
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.083.447
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(222.674)



Aviso Legal

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões. Os resultados serão apresentados em ambos os formatos, o formato IFRS e o formato Regulatório, para permitir a comparação com outros exercícios. Vale ressaltar que os resultados Regulatório não são auditados. A declaração de dividendos da Taesa é feita com base nos resultados auditados (IFRS).

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que o mercado utiliza o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que o mercado utiliza a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.